40 ANOS FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

POLÍTICA DE PREÇOS DO IBC

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 8 Nº 5 MAIO DE 1984

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS BIBLIOTECA

FUNDACAO GETULIO VARGAS
BIBLIOTECA
(ENVIAR QUATRO EXEMPLARES)

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

338.105
0004
p
v.8, n.5, maio 1984

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOSDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

É muito grave a atual crise do sistema econômico internacional, que vem eclipsando a quase totalidade das anteriores e até mesmo, há quem tema, a tristemente célebre Grande Depressão, iniciada em 1929.

No que se refere à economia brasileira, os efeitos maléficos do **crack** *da Bolsa de Nova Iorque, em 29, foram extremamente danosos, mas é possível que se equiparem à atual asfixia provocada pelo serviço da dívida externa e pelo custo da energia.*

Nos anos vinte, o País passava por importante ponto de inflexão, caracterizado pela evolução urbano-industrial e pelo direcionamento de grandes parcelas da produção agrícola ao mercado interno. O principal sustentáculo da economia agroexportadora era o café, e a política desenvolvida pelo governo brasileiro, de sustentação das suas cotações internacionais foi eficiente para suportar as primeiras ondas de choque originárias do exterior, salvaguardando o mercado interno. Na verdade, o instrumental adotado antecipou, de certo modo, as postulações keynesianas que, posteriormente, indicaram aos países desenvolvidos o caminho para a superação da crise.

Hoje, muitos dos problemas com que se defronta o Brasil são provenientes de um segundo ponto de inflexão, localizado nos anos sessenta. Àquela época, projetos de modernização alteraram substancialmente a economia e a sociedade brasileiras. A agricultura aproximou-se ainda mais da indústria; constituíram-se grandes complexos agroindustriais, ganhando relevo a produção de matérias-primas para o setor secundário o que, em contra-partida, exigiu a compra de insumos e maquinaria, por parte dos agricultores.

À semelhança do primeiro período, este último também está associado a um processo de transformações em escala planetária. No que se refere à agricultura, o movimento transformador denominou-se Revolução Verde e, se seus efeitos são conhecidos, suas distorções mostram -se de difícil solução. Lavouras associadas ao complexo agroindustrial, como a da soja e a da cana-de-açúcar, apresentaram progressos substanciais em seus rendimentos físicos. Simulneamente, porém, culturas como a mandioca, o arroz de sequeiro e o feijão, apresentam, freqüentemente, produtividades físicas inferiores às do início dos anos sessenta.

Na safra 1983/84, apenas a produção da soja poderá apresentar números capazes de suscitar comentários positivos. No entanto, a origem deste êxito relativo não se situa no âmbito interno, não foi produto da política agrícola do país, nem da atração de seu mercado interno, pois se localiza na expectativa altista da Bolsa de Chicago.

Na presente edição de **Agroanalysis**, *analisa-se o cumprimento do* **Acordo Internacional do Café**, *cujo* **modus operandi** *vem substituindo a contento a velha* **política do guarda-chuva**, *do* **IBC**. *São também objeto de comentários os mercados do arroz, milho, soja e trigo, que espelham as atuais dificuldades por que passa a economia brasileira. Com efeito, a agricultura dita* **moderna** *sofre duplamente com a crise: os preços infrenes dos insumos oneram sobremaneira seus custos de produção e os consumidores não podem assimilar os repasses efetuados nos preços dos gêneros alimentícios, o que acarreta uma redução da demanda.*

Na ausência de elementos que propiciem uma ampla reforma dos instrumentos de política agrícola usualmente empregados, novas alterações no sistema de crédito de custeio são esperadas, anunciando-se que se buscará privilegiar as lavouras voltadas para o abastecimento interno. Como não se vislumbram rápidas saídas para a crise, que afeta não só a economia brasileira, essas mudanças deverão ter, mais uma vez, caráter apenas emergencial.

SUMÁRIO

POLÍTICA DE PREÇOS DO IBC . . . 2

COMENTÁRIOS SOBRE PRODUTOS VEGETAIS

- Algodão 8
- Arroz 11
- Milho 15
- Soja 17
- Trigo 19

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

- Cereais de Inverno 23
- Fibras 24

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 20
- Relativos 30

POLÍTICA DE PREÇOS DO IBC

CAFÉ

O BRASIL AINDA DETEM ELEVADO PODER DE INFLUÊNCIA SOBRE O MERCADO INTERNACIONAL DO CAFÉ, DEVIDO A SUA POSIÇÃO COMO PRODUTOR E EXPORTADOR. MUITOS DOS BENEFÍCIOS ADVINDOS DESTA POSIÇÃO DE DESTAQUE DEVEM-SE ÀS POLÍTICAS DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, CUJA ATUAÇÃO NO MERCADO É OBJETO DE ANÁLISE NESTE TEXTO.

A grande geada de 1975 coincidiu com o início de um processo de modificação acentuada na política brasileira de comercialização externa de café. De maneira geral, pode-se dizer que, antes dela, procurava-se maximizar a receita cambial valendo-se fundamentalmente, de alguns artifícios que objetivavam sustentar as cotações internacionais em níveis relativamente elevados. Em anos recentes, vem-se realizando um esforço importante no sentido de aumentar as quantidades exportadas, mesmo que a preços relativamente menores.

A estratégia comercial adotada até a segunda metade dos anos 70 baseava-se no pressuposto de que a demanda internacional do café possui uma elasticidade — preço comparativamente baixa. Em linguagem mais simples isto significa dizer que uma alteração, para mais ou para menos, nas cotações externas, provoca uma variação menos do que proporcional na quantidade adquirida pelos países importadores.

Assim sendo, a estratégia comercial correta para os países exportadores, antes de tentar facilitar o crescimento do consumo dos países importadores, deve gerar condições para que os preços internacionais permaneçam em patamares relativamente elevados. É claro que preços mais altos estimulam o crescimento da produção mundial, mas convém observar que, no caso do café, a reação da oferta externa é teoricamente lenta. Entre a ocorrência de preços estimulantes e a primeira colheita de novos plantios decorrem, pelo menos, três anos.

. . . o Brasil garantia os preços, mas perdia o mercado.

A par desses pressupostos, a elevada participação do Brasil no mercado internacional permitiu que se conduzisse uma política de valorização efetiva das cotações que, em linhas gerais, consistiu em estocar parte da produção, gerando, por assim dizer, uma escassez artificial no mercado. Em conseqüência, conseguiram-se preços mais altos e receitas cambiais maiores para o conjunto de países produtores. Por outro lado, os estoques acumulados, ano após ano, no Brasil, permaneciam nos armazéns até que uma nova geada possibilitasse sua comercialização.

Pode-se dizer que a política comercial do país regulava a oferta internacional de curto prazo, através da acumulação de estoques. A longo prazo, a oferta era regulada pela ocorrência de geadas, as quais viabilizavam a absorção dos estoques acumulados.

Esta estratégia tornou-se conhecida como a **política do guarda-chuva**. Todos os países produtores se beneficiaram de preços externos melhores, que só se verificavam porque o Brasil praticava uma política de contenção da oferta. Os ganhos foram distribuídos por todos os exportadores, mas apenas o Brasil reteve os excedentes.

As autoridades brasileiras optaram durante décadas, por esta estratégia de comércio, a qual, sem dúvida, gerou ganhos extraordinários de divisas. Contudo, custou a perda de parcelas significativas de mercado, pois enquanto o país restringia sua oferta, os demais produtores simplesmente reagiam aos estímulos de preço, aumentando suas áreas de plantio. O conseqüente crescimento da produção mundial e a insistência na **política do guarda-chuva**, fizeram com que se reduzisse continuadamente a participação brasileira no mercado exterior de café. Na década de 30, o Brasil fornecia entre 50% e 60% do total transacionado nesse mercado e, na primeira metade dos anos 70, somente 30%.

Este fato não põe em dúvida a validade do pressuposto, retro explicitado, segundo o qual a demanda total por café é inelástica. Como já foi demonstrado na literatura econômica especializada, os dados confirmam a hipótese. Contudo, os mesmos dados demonstram que a demanda específica por determinado tipo de café (brasileiro, suaves, robusta etc), esta sim, é bastante sensível às variações de preço.

. . . as geadas: um fator fundamental para o mercado do café.

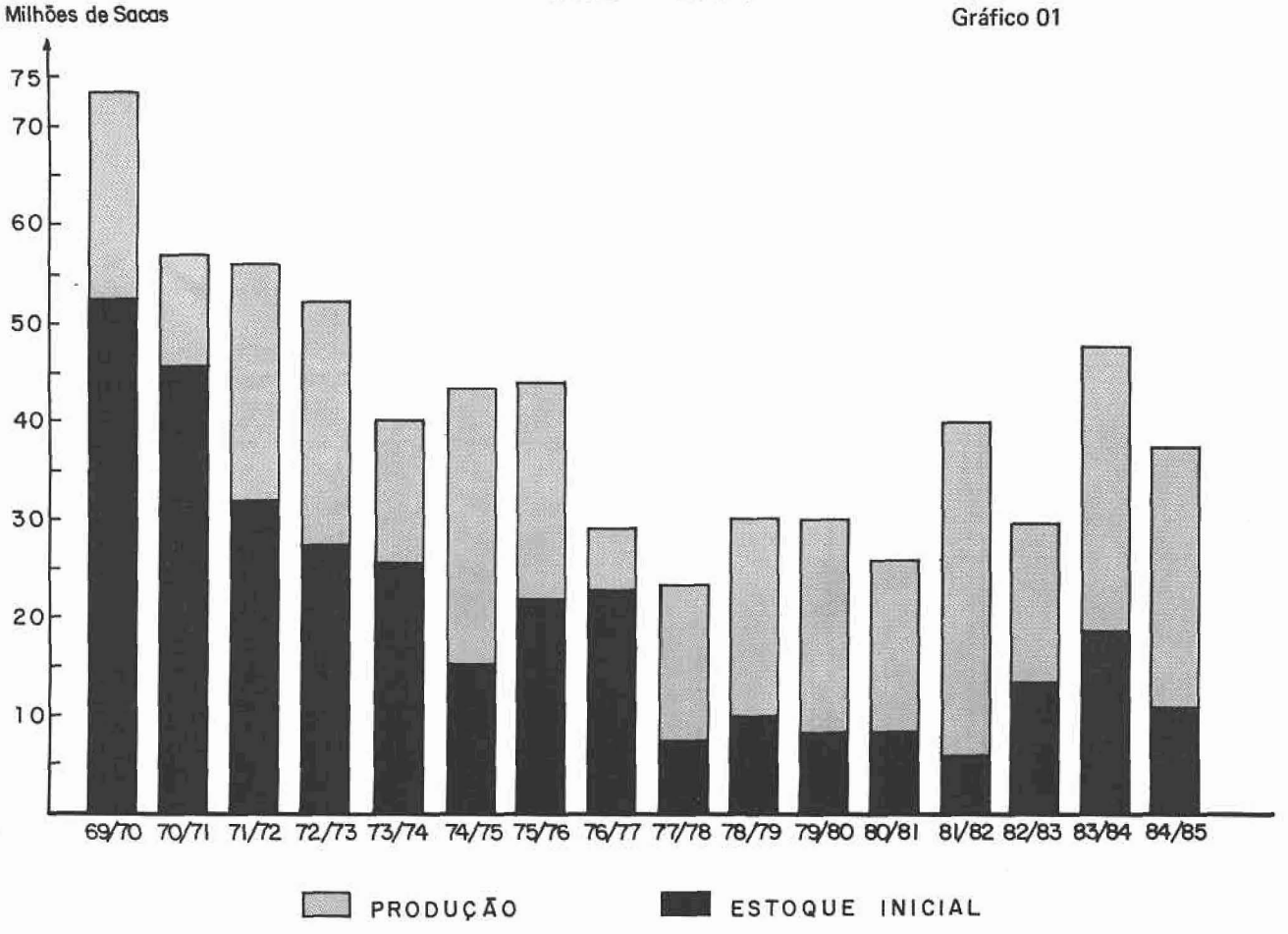
Após a geada de 1975, a participação brasileira no mercado mundial declinou ainda mais drasticamente. Desta feita, a retração das vendas não foi provocada apenas pela **política do guarda-chuva**, que ainda vigorou por alguns anos. Em verdade, ocorreu uma queda significativa da disponibilidade física do café no Brasil.

Em razão dos danos provocados pela geada, a produção de 1976 reduziu-se a 6 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, a menor dos últimos cinqüenta anos e houve necessidade, então, de se utilizar das quantidades armazenadas, advindas de sobras de anos anteriores. O estoque inicial no ano-safra 1976/77, cuja colheita foi a mais seriamente atingida pela inclemência climática, era de 23 milhões de sacas de 60 kg. Deste total, quase 16 milhões de sacas foram utilizadas para complementar as requisições das demandas externa e interna (ver Gráfico 01). Ainda assim, a quantidade total exportada, em 1976, foi de apenas 15,6 milhões de sacas. As vendas ao exterior, em 1977, quando já estavam mais claramente evidenciados os prejuízos decorrentes da intempérie de há dois anos, reduziram-se ainda mais, pois somaram somente 10 milhões de sacas, enquanto a média do período 1964/74 situou-se em 17,2 milhões de sacas (ver Quadro 01).

Sublinhe-se que a acentuada retração da oferta externa de café brasileiro durante o período compreendido entre os anos de 1975 e 1979 decorreu não só da menor disponibilidade física, mas também do fato de o **IBC** ter coordenado um esforço no sentido de disciplinar o escoamento das exportações. Vários foram os instrumentos utilizados com essa finalidade, valendo citar, dentre outros, o contingenciamento das vendas e a fixação de preços mínimos de exportação em níveis elevados, quando comparados com as cotações internacionais. O contingenciamento, baseado nas conhecidas **camiletas**, determina-

BRASIL — PRODUÇÃO E ESTOQUE INICIAL DE CAFÉ BENEFICIADO
EM MILHÕES DE SACAS DE 60 Kg
1969 — 1984

Gráfico 01



FONTE – IBC E USDA

va que, para cada duas sacas fornecidas ao mercado externo, uma outra, obrigatoriamente, teria de ser vendida para o consumo interno.

. . . uma estratégia equivocada.

Os preços mínimos de exportação foram administrados com eficiência durante a fase de cotações ascendentes, ou seja, até os primeiros meses de 1977. Se o Brasil contava com uma disponibilidade de café relativamente pequena, era natural que o **IBC** procurasse estimular a tendência altista vigente no exterior, através da fixação de preços mínimos comparativamente altos. A partir do segundo trimestre de 1977, no entanto, o mercado começou a dar sinais cada vez mais evidentes de que o processo de aquecimento se estava esgotando. O **IBC**, então, adotou e insistiu na tese segundo a qual a tendência altista retornaria em breve e, por isso, manteve os preços mínimos em níveis irrealisticamente elevados. Em conseqüência, dia após dia, reduziu-se o grau de competição do café brasileiro no mercado externo.

As quantidades exportadas no segundo semestre de 1977, é claro, foram diminutas, de apenas 294 mil sacas de 60 kg por mês, enquanto, no semestre anterior, alcançaram 1,4 milhão de sacas de 60 kg, mensalmente. As vendas só voltaram ao normal, assim mesmo com algumas breves interrupções, a partir do segundo trimestre de 1978, quando as autoridades se convenceram de que os preços em torno de US$ 4/lb-peso, obtidos no início de 1977, não mais seriam alcançados.

Por outro lado, para obter receitas cambiais expressivas (ver Quadro 01), registrou-se certo ônus, como a acelerada queda na participação percentual das exportações brasileiras para alguns dos principais mercados de café (ver Quadro 02). Em quase todos os países considerados, no período entre 1975 e 1979, a presença do café brasileiro se reduziu em relação à média verificada nos anos 1964/74. A partir de 1978/79, os preços externos entraram em declínio e o **IBC** começou a rever a sua estratégia comercial.

QUADRO 01 – BRASIL – QUANTIDADE EXPORTADA E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ – 1964 A 1983

PERÍODO	QUANTIDADE (1.000 sacas)	VALOR (US$ 1 milhão)
Média 1964/74	17.205	891
1973	19.817	1.344
1974	13.279	980
1975	14.604	934
1976	15.602	2.398
1977	10.083	2.613
1978	12.551	2.294
1979	12.010	2.326
1980	15.209	2.771
1981	15.912	1.754
1982	17.063	2.109
1983	17.820	2.340

FONTE – IBC

QUADRO 02 – BRASIL – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS VENDAS DE CAFÉ NO TOTAL DAS IMPORTAÇÕES DE CAFÉ VERDE DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS CONSUMIDORES – (%) – 1964/74 A 1983

PAÍS	1964–74	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
EUA	29,4	19,6	21,8	18,0	22,5	17,4	23,9	23,4	25,4	25,8
RFA	14,4	9,5	15,3	12,3	12,0	10,9	15,9	14,4	21,2	21,7
Itália	67,0	42,3	31,6	37,0	30,7	25,8	40,9	35,7	34,6	36,3
Japão	14,6	17,1	30,6	22,5	27,6	17,4	25,8	27,9	31,3	34,2
França	16,8	15,4	11,1	13,2	11,2	9,9	16,1	15,4	17,6	16,7
Reino Unido	35,3	43,4	35,4	39,5	59,3	57,8	60,2	57,5	55,9	45,1

FONTE – IBC

Mudança de rumo na comercialização

As tentativas para alcançar melhores preços no exterior, é evidente, não podem ser condenadas, como sugerem diversas críticas formuladas. No período 1975/79, principalmente, não havia melhor alternativa para o País, pois a disponibilidade interna era então muito reduzida e poderia ter diminuído, se ocorressem fortes geadas. Na ocasião, era inoportuno tentar reverter a tendência histórica de declínio da participação brasileira no mercado externo, até porque um esforço neste sentido teria de se assentar na existência de estoques relativamente grandes. É inegável, também, que as extraordinárias receitas cambiais auferidas seriam certamente menores, caso se tivesse praticado uma política passiva em

relação aos preços externos. Vale dizir: entre 1975 e 1979 era praticamente inevitável a perda de parcelas importantes do mercado externo.

Em 1979, a disponibilidade interna retornou a um nível desejável e aí o **IBC** adotou iniciativas para reconquistar as fatias de mercado perdidas na segunda metade dos anos 70. Até o momento, os resultados são satisfatórios, principalmente considerando-se que o consumo mundial **per capita** de café vem diminuindo de forma rápida e preocupante, nos últimos vinte anos.

O consumo individual de café nos **EUA**, ainda hoje o maior importador mundial, tem caído, acentuando-se na segunda metade dos anos 70 e, em especial em 1977, quando compraram 31% menos do que a média de suas importações de 1964/74. Nos anos 80, registrou-se algum crescimento, em relação ao mínimo atingido em 1977, mas ainda insuficiente para voltar aos níveis históricos, ou seja, a importações superiores a 20 milhões de sacas anuais. Contudo, a participação do café brasileiro no mercado norte-americano está em crescimento, pois no período 1967/74, foi, em média, de pouco menos de 30% do total de café verde importado, tendo caído para cerca de 20%, entre 1975 e 1979. Nos anos 80, refletindo o esforço de reconquista, alcançou 25%.

O projeto de expansão das exportações brasileiras de café apóia-se em dois pontos fundamentais; os contratos de fornecimentos, cujas cláusulas, aliás, consubstanciam a própria estratégia comercial adotada e a vigência efetiva do **Acordo Internacional do Café (AIC)**, reativado em 1980.

É interessante observar que a adoção da atual estratégia comercial praticamente coincide com a reintrodução das chamadas **cláusulas econômicas**, no texto do **Acordo Internacional**. Este fato, ao contrário do que vem ocorrendo, poderia ter dificultado o crescimento das exportações brasileiras, porque o **AIC** estabelece uma quota global de exportação, que é rateada entre os países membros exportadores em função do desempenho pregresso das exportações de cada um deles. Havia o risco, portanto, de que a limitação imposta pelo sistema de quotas comprimisse em demasia a possibilidade de crescimento das vendas. No entanto, a hábil atuação diplomática dos representantes brasileiros, nas negociações da **Organização Internacional do Café (OIC)**, garantiu que o período selecionado para determinar a quota não coincidisse com a fase em que as vendas brasileiras estiveram comprimidas, por força da geada de 1975.

A vigência efetiva do **AIC** facilitou a realização dos planos do Brasil, pois impediu que a expansão da oferta de seu café fosse acompanhada pelo crescimento desordenado da oferta dos demais países, o que poderia desencadear uma **guerra de preços**. Na verdade, o **AIC** cumpre, hoje, e com maior eficiência, um papel semelhante ao que coube à política brasileira do café há alguns anos. Através dos instrumentos de controle da oferta, o **AIC** provoca uma escassez artificial do mercado, possibilitando o aparecimento de preços mais remuneradores. A principal diferença é que, hoje, os custos da contenção da oferta são repartidos entre todos os países membros exportadores, ao invés de recaírem apenas sobre o Brasil, como no passado recente.

Os contratos-padrão de fornecimento têm desempenhado papel preponderante para o êxito do programa de expansão das exportações. Do ponto de vista brasileiro, esses contratos constituem a garantia antecipada de venda, quase integral, da quota de exportação destinada aos filiados à **OIC**. Eles asseguram ao importador o acesso líquido e certo a determinada quantidade, negociada com o **IBC**, a preços compatíveis com as condições de mercado que vigorarem por ocasião do fornecimento da mercadoria.

Outra característica interessante dos contratos é que suas cláusulas, na verdade, preservam o poder de interferência do **IBC** sobre o processo de formação dos preços. O exercício deste poder, no entanto, não se realiza mais, como no passado, através de antipáticas medidas de intervenção direta no mercado. Agora, há regras de correspondência entre as condições de mercado e o preço do café, estabelecidas **a priori**. Antes da implantação dos contratos, o principal elemento de referência para a determinação do preço efetivo do café brasileiro era o **Preço Mínimo de Registro (PMR)**, fixado livremente pelo **IBC**. É claro que, em determinadas situações, o exportador poderia exigir um preço superior ao **PMR** ou conceder, por sua conta e risco, um desconto ao comprador estrangeiro. Estas possibilidades, contudo, possibilitavam uma margem de manobra relativamente reduzida. Na prática, era necessário que o **PMR** refletisse, tanto quanto possível, as condições reais de mercado, por ocasião da venda. Isto obrigou o **IBC**, em diversas oportunidades, a alterar seguidamente o **PMR**, a curtos espaços de tempo. Algumas vezes, as alterações do **PMR** deixaram de ser feitas em tempo hábil e na direção correta, criando insatisfação no mercado. Um das maiores deficiências do sistema anterior era que as alterações imprescindíveis do **PMR** interferiam, quase sempre, sobre a tendência primária das cotações de mercado. Se o **IBC**, por exemplo, frente a uma tendência altista, demorasse em elevar o **PMR**, este fato poderia ser interpretado como um sinal de descrença do maior produtor mundial quanto à continuidade do processo. Em uma situação inversa, ou seja, com as cotações em declínio acentuado, a decisão do **IBC** seria ainda mais arriscada, pois na hipótese de uma imediata redução do **PMR**, o mercado poderia acelerar o ritmo baixista, já que estaria sancionado o primeiro movimento de queda. Se aquela redução demorasse, persistindo a queda de preços, os especuladores permaneceriam a postos, esperando que o **IBC** sancionasse a baixa verificada, para, então, promove-

rem outro movimento de diminuição de preços. O **IBC** era a entidade responsável pela administração dos negócios cafeeiros no Brasil e, tanto o importador quanto o exportador, dele dependiam até o último momento para realizarem, ou não, suas operações de compra e venda.

Os contratos de fornecimento introduziram nos negócios os descontos (ou rebates) automáticos de preço, o que trouxe flexibilidade muito maior do que antes para a definição do preço. Este sistema reduziu enormemente a necessidade da intervenção direta do **IBC** sobre o mercado, pois o preço efetivo do café brasileiro é determinado, diariamente, pela diferença entre o preço nominal da venda (preço acordado entre o exportador e seu cliente estrangeiro que, obrigatoriamente, é superior ao **PMR**) e um desconto, calculado em função do comportamento dos preços dos cafés **robusta** e **outros suaves**. Esse desconto é pago em **Avisos de Garantia**, que são títulos de emissão do **IBC**, aceitos em operações futuras de compra de café brasileiro. Dessa forma, o **IBC** não mais determina a que preço deva ser vendido o café, mas define uma relação entre o preço do café brasileiro e de seus concorrentes, a qual depende de fatores técnicos conhecidos, referentes à composição dos **blends** e de situações de mercado, tais como a escassez relativa de cada um dos tipos de café. O sistema elimina, portanto, a necessidade de o **PMR** acompanhar as flutuações naturais de mercado, pois estas podem ser compensadas pelas variações do desconto.

Outro elemento importante para a determinação do preço do café brasileiro, que também consta dos contratos de fornecimento, é a chamada garantia sobre quedas futuras de preço. Esta cláusula garante que o **IBC** devolverá ao importador, também em **Avisos de Garantia**, eventuais diferenças, para menos, entre o preço de registro da operação no **IBC** e o preço de mercado, até trinta dias após o embarque. O valor total de garantia, naturalmente, é limitado, para evitar que movimentos especulativos mais acentuados comprometam o desempenho das exportações. Essa garantia sobre quedas futuras não é um artifício original, uma vez que diversos países exportadores valem-se de instrumentos semelhantes, os quais se revelam de grande valia para aumentar o grau de competição da mercadoria. Para o comprador de café, talvez seja mais importante do que regatear preço, minimizar a possibilidade de, a curto prazo, seu concorrente poder comprar a um preço inferior ao da sua compra.

Por último, cabe assinalar que o atual sistema de determinação do preço preserva a possibilidade de o **IBC** interferir no processo de formação dos preços externos, não através de intervenção direta sobre o comércio internacional, mas mediante a administração da diferença entre o preço efetivo do café brasileiro no exterior e o preço recebido pelos exportadores. O Quadro 03 ilustra esta questão. Nele estão calculados, a título de exemplo, o preço efetivo pago pelo importador no dia 4/5/84 e o valor bruto da **cambial** do exportador brasileiro, no mesmo dia. O exemplo refere-se ao café **tipo 6**, exportado pelo porto de Santos para os **EUA**. O preço da operação, por hipótese, coincidia com o **PMR** vigente naquele mesmo dia. O preço nominal acertado entre o exportador brasileiro e o importador norte-americano foi de US$ 1,33/lb. Contudo, o primeiro receberá US$ 0,6263/lb e o segundo pagará, efetivamente, US$ 1,307/lb.

O preço a ser pago pelo importador corresponde à diferença entre o preço nominal, acertado para a operação, e um desconto que flutua ao sabor do mercado. Este desconto é calculado diariamente e corresponde

QUADRO 03 – PREÇO EFETIVO PAGO PELO COMPRADOR DE CAFÉ BRASILEIRO E VALOR DA CAMBIAL RECEBIDO PELO EXPORTADOR BRASILEIRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	PREÇO EFETIVO FOB DO CAFÉ BRASILEIRO NO EXTERIOR (US$/lb)	VALOR DA CAMBIAL RECEBIDO PELO EXPORTADOR BRASILEIRO (US$/lb)
Preço mínimo de registro	1,33	1,33
Rebate[2]	0,0229	–
Quota de Contribuição	–	0,7037
Valor líquido[3]	1,3071	0,6263

Observações:

(1) Recentemente, o *IBC* criou um desconto especial, com validade até 30/6/84 (desconto para competitividade), que objetiva propiciar um estímulo especial às vendas do segundo trimestre de 1984. No dia escolhido para o exemplo acima, o valor deste desconto era nulo.

(2) O desconto ou rebate é igual à diferença entre o preço mínimo de registro do café brasileiro *(PRM)* e a média ponderada entre as médias móveis de dez dias de mercado dos preços indicativos da *OIC* para os cafés *outros suaves* (com peso de 65%) e no bruto (com peso de 35%).

(3) O valor líquido refere-se ao valor de liquidação no dia da operação. Este valor poderá diminuir se, até trinta dias após o embarque, houver queda de preço do café no mercado externo em razão da cláusula de garantia de quedas futuras de preço.

à diferença entre o **PRM** e a média ponderada entre as médias móveis de dez dias de mercado dos preços indicativos da **OIC** para cafés **outros suaves** e **robustas.** Neste cálculo, os **cafés robustas** entram com um peso de 35% e os **outros suaves** com 65[1].

O exportador brasileiro, por sua vez, receberá a diferença entre o preço nominal registrado no **IBC** e o valor da taxa de contribuição ou confisco cambial. Deste total, são descontados outros encargos e tributos, tais como o **ICM, PIS** e as despesas com o manuseio da carga e de transporte até o porto.

A diferença entre os dois preços é significativa. Atualmente, o preço recebido pelo exportador é menor do que a metade do preço pago pelo importador. Na capacidade de administrar esta diferença de preços reside o principal instrumento de interferência sobre o comércio de café, detido pelo **IBC.** Na medida em que cabe à autarquia fixar os valores do **Preço Mínimo de Registro** e da **Taxa de Contribuição,** ela detém, quase que completamente, o poder de determinar o valor médio recebido pelos exportadores e, em conseqüência, dos preços nos demais segmentos da cafeicultura brasileira. Mas não é só. O **IBC** pode, também, interferir na determinação da taxa cambial específica do café, bastando para isso corrigir, ou não, o valor da taxa de contribuição, cada vez que a taxa de câmbio for alterada.

Através deste mecanismo, o **IBC** aumenta ou diminui o grau de competição do café brasileiro no exterior. Se a conjuntura interna é altista, salvo fatores internos que aconselhem posição contrária, o **IBC** poderá reduzir a taxa de câmbio efetiva através de correções periódicas da taxa de contribuição. Em hipótese contrária, aquele grau de competição externa pode ser aumentado, pela ação de inúmeros outros instrumentos, dentre eles o congelamento da taxa de contribuição. Este poder de influência sobre os rumos do mercado externo, é claro, só persiste porque ainda é expressiva a participação brasileira no mercado externo do café.

O atual sistema de comercialização externa do café brasileiro é bem melhor do que o anterior. Contudo, sua eficácia depende, dentre outras razões, da vigência efetiva do **Acordo Internacional do Café,** cuja renovação será negociada, em Londres, em setembro vindouro. A despeito das importantes contradições contidas no texto do **AIC,** interessa à política econômica brasileira a sua renovação efetiva. O **AIC** é freqüentemente citado como exemplo ímpar de acordo sobre comércio de matérias-primas a dar bons resultados. Contudo, suas cláusulas carecem de reformulação urgente, para resistir à pressão dos estoques de café acumulados nos últimos anos.

(1) É a seguinte a fórmula do cálculo do desconto:

Desconto = *PMR* − I.os. 0,65 + Ir. 0,35
onde Ios = média móvel de dez dias de mercado do preço indicativo da *OIC* para cafés *outros suaves.*
ir = média móvel de dez dia de mercado do preço indicativo da *OIC* para *cafés robustas.*



ALGODÃO

SEGUNDO PREVISÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL, O CONSUMO DE ALGODÃO EM FIBRA DEVERÁ SER O MESMO DO ANO PASSADO, OU AUMENTAR UM POUCO. COMO O ABASTECIMENTO DEPENDERÁ DA SAFRA NORDESTINA, TALVEZ HAJA IMPORTAÇÕES.

O mercado do algodão vem apresentando certa estabilidade desde fins de março, quando o governo decidiu liberar as importações e exportações do produto, objetivando frear a alta dos preços, iniciada em meados de fevereiro, no começo da comercialização da atual safra.

As cotações das cooperativas, em fevereiro, situavam-se entre Cr$ 12/13 mil por arroba de algodão em caroço e, assim, a venda do algodão em pluma alcançava Cr$ 36/38 mil/@, o que significava, para a indústria, um custo cerca de 15% superior ao do mercado internacional. A política de comercialização seguida pela maioria das cooperativas, que visava explicitamente a reter a produção ao máximo, forçando a elevação dos preços, encontrou, no entanto, dois entraves à sua continuidade: a falta de crédito oficial para a comercialização (**EGF's**) e a liberação das importações, sendo estas últimas isentas do **IOF** e do imposto aduaneiro. Dessa forma, a entrega de novas quantidades ao sistema cooperativo acabou sendo impedida pela escassez de recursos, tendo em vista que a entrada oferecida aos produtores que já haviam colocado sua produção a venda tinha, praticamente, acabado com os recursos existentes. Naquele momento, a liberação para se importar influenciou o nível de preços, forçando a queda.

A comercialização da safra recomeçava, agora, premida por dois fatores que, no curto prazo, certamente reduzirão os preços recebidos pelos produtores, em termos reais, uma vez que, em termos nominais, estes vêm-se mantendo praticamente no mesmo patamar de fevereiro. Deve-se destacar que o elevado aumento experimentado pelos preços vem reverter uma tendência de queda real verificada nos últimos anos, quando os produtores venderam no nível dos preços mínimos.

No que tange às importações, ao que tudo indica, não deverão ocorrer em grandes quantidades. A redução do preço praticado no mercado interno e a manutenção das atuais cotações no exterior, além da escassez de divisas, que ainda hoje se reflete nas poucas aquisições no mercado externo, deverão inviabilizar compras elevadas. Estas poderão ocorrer talvez a partir do terceiro trimestre, caso a estimativa da safra da Região Nordeste não se concretize. O elevado aumento projetado para a produção dessa região está baseado quase que unicamente em ganhos de produtividade, visto que a ampliação esperada na área cultivada fica muito aquém do incremento projetado (ver Quadros 04 e 05). Vale lembrar que

QUADRO 04 – NORDESTE – PRODUÇÃO DE ALGODÃO HERBÁCEO, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES – SAFRAS 1983 E 1984

	SAFRA 1983			SAFRA 1984[1]		
ESTADO	Área colhida (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento (kg/ha)	Área plantada (ha)	Produção esperada (t)	Rendimento esperado (kg/ha)
PI	11.649	1.956	168	23.691	12.248	517
CE	74.367	17.034	229	225.000	135.000	600
RN	61.178	5.402	88	145.000	58.000	400
PB	139.564	13.244	95	162.088	95.470	589
PE	21.663	3.491	161	30.000	9.000	300
AL	37.236	6.631	178	89.449	22.616	253
BA	71.892	52.912	736	104.040	42.968	413
OUTROS	2.219	651	–	2.285	1.107	–
TOTAL	419.768	101.321	–	781.553	376.409	–

FONTE – IBGE
(1) Estimativa relativa ao mês de março de 1984.

QUADRO 05 – BRASIL – PRODUÇÃO DE ALGODÃO ARBÓREO, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES – SAFRAS 1983 E 1984

ESTADO	SAFRA 1983			SAFRA 1984[1]		
	Área colhida (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento (kg/ha)	Área plantada (ha)	Produção esperada (t)	Rendimento esperado (kg/ha)
MA	29.388	7.379	251	41.409	9.162	221
PI	182.630	3.420	19	159.025	36.131	227
CE	675.202	47.264	70	700.000	84.000	120
RN	199.135	4.337	22	300.000	30.000	100
PB	402.852	8.685	22	391.630	94.866	242
PE	89.423	6.260	70	100.000	12.000	120
TOTAL	1.578.630	77.345	–	1.692.064	266.159	–

FONTE – IBGE
(1) Estimativa relativa ao mês de março de 1984.

o plantio da safra nordestina está agora se iniciando, com exceção do estado da Bahia, que colherá seu algodão até agosto e cuja produção teve significativa queda, em virtude da estiagem de fevereiro. O retorno da safra nordestina aos níveis de 1982 baseia-se na sensível melhoria ocorrida nas condições climáticas, nos elevados preços recebidos pelo produtor em 1983 e nos estímulos concedidos através dos preços básicos. A variação do preço básico foi de 227,5%, quando comparada com o valor nominal fixado para o ano passado. A mudança introduzida, este ano, no fator de correção deste preço, que volta a ser a variação da **ORTN**, deverá favorecer o produtor, uma vez que este indicador está atrelado ao **IGP (DI)**, índice que mede a inflação e que sistematicamente tem apresentado variações superiores às do **INPC**, antigo fator de correção dos preços. Vale lembrar que a correção média fixada para os **VBC's** considerando-se as quatro principais faixas de produtividade da região (de 201 kg/ha a 600 kg/ha), foi de apenas 147%, percentual bem abaixo da inflação recorde acumulada no período.

. . . a prosseguirem os problemas de produção, as importações serão inevitáveis.

O suprimento do mercado interno deverá continuar bastante apertado este ano, pois a safra da região Centro-Sul deverá ser 19% menor do que a de 1982/83, embora a qualidade do produto colhido tenha apresentado significativa melhora em relação a 1983. O tipo médio da fibra em São Paulo e no Paraná evoluiu do tipo 6,4 obtido no período fevereiro/março de 1983, para 5,8 no mesmo período de 1984.

Segundo o balanço de oferta e demanda divulgado pela **CFP** (ver Quadro 06) a produção brasileira de algodão em pluma, em 1984, deverá situar-se em torno de 561 mil t, 4,3% inferior à obtida em 1983. Desse total, cerca de 26% deverão vir do Nordeste, o que representa um aumento esperado para a safra dessa Região de aproximadamente 100% em relação à produção obtida no ano anterior. A elevada participação da safra nordestina na oferta interna este ano deverá refletir-se em certa instabilidade do mercado ao longo de 1984, tendo em vista que uma frustração da produção daquela região irá comprometer seriamente o suprimento interno. Assim, caso não se confirmem as atuais projeções, o país terá que forçosamente recorrer às importações para complementar o suprimento durante o segundo semestre.

A quota de importação liberada, de 70 mil t de algodão em pluma, es-

QUADRO 06 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA – 1982 A 1984
(t)

ANO	OFERTA				CONSUMO	EXCEDENTE	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento				
1982	117,5	680,5	–	798,0	579,8	218,2	56,2	162,0
1983	162,0	586,3	10	758,3	520,0	283,3	180,0	58,3
1984	58,3	561,0	–	619,3	520,0	99,3	–	99,3

FONTE – CFP
Nota – O excedente e o estoque final incluem o estoque de segurança, que seria de 96,6 mil t para 1982 e de 96,6 mil para 1983/84 (suficiente para dois meses de consumo).



tá isenta de **IOF** e Imposto de Importação, desde que o algodão seja internalizado até fins de agosto. Caso, entretanto, as importações sejam feitas em função da menor oferta da safra do Nordeste, nova quota e novos prazos deverão ser determinados, viabilizando a entrada de algodão no quarto trimestre, quando a oferta interna estará bastante reduzida.

A queda real ocorrida nos preços do algodão em pluma, desde fins de março, vem possibilitando à indústria adquirir a fibra praticamente à paridade internacional, o que juntamente com a atual política de minidesvalorizações do cruzeiro, deverá permitir um ligeiro aumento das exportações de têxteis. Vale lembrar, ainda, que a recuperação experimentada pela economia norte-americana propiciou o preenchimento das quotas de exportação dos principais itens já no primeiro trimestre deste ano.

O consumo interno de algodão em 1984 deverá, segundo as atuais estimativas da indústria, manter-se estável ou crescer ligeiramente, refletindo certa estabilidade da demanda interna e um pequeno incremento das vendas externas.

No que concerne à oferta mundial em 1983/84, a estimativa de março do **ICAC (International Cotton Advisory Committee)** revela uma produção de 14,7 milhões de t e um estoque inicial de 5,5 milhões de t. A produção mundial, embora seja praticamente a mesma da safra anterior, mostra profundas modificações na sua composição, na medida em que os **EUA** reduziram sua safra em cerca de 35%, enquanto a **República Popular da China** apresentou o elevado crescimento de 25%. O consumo, por seu turno, deverá alcançar a cifra recorde de 15 milhões de t, ou seja, cerca de 2,5% superior ao verificado em 1982/83. A **China, Estados Unidos da América, Índia** e **Turquia** são os principais responsáveis por esse incremento (ver Quadro 07).

QUADRO 07 – ALGODÃO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS – 1979/80 A 1983/84
(milhões de fardos de 480 lb)

DISCRIMINAÇÃO	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
Estoque inicial[1]	23,3	22,9	20,8	25,5	25,1
Produção	64,9	64,5	70,8	67,5	67,5
Consumo	65,3	66,2	65,7	67,6	69,1
Estoque final[1]	22,9	20,8	25,5	25,1	23,4

FONTE – ICAC (International Cotton Advisory Committee).
(1) Não incluiu os estoques em trânsito na época do levantamento, razão da ligeira diferença encontrada nas quantidades.

O aumento esperado na demanda e a estabilidade da oferta este ano propiciarão uma queda no estoque final de cerca de 9%, sendo que os estoques norte-americanos deverão cair das 1,7 milhão de t registradas em agosto de 1983 para 609,6 mil t, no fim da atual safra.

As cotações internacionais deverão continuar no atual patamar, refletindo a menor oferta e o aumento do consumo, derivado da recuperação econômica ocorrida nos **EUA** e as modificações por que passa a economia chinesa.

ARROZ

EMBORA AS IMPORTAÇÕES DE ARROZ JÁ SE ESTEJAM TORNANDO ROTINEIRAS. (EM 1983, O PAÍS ADQUIRIU NO EXTERIOR 436 MIL T DE ARROZ EM CASCA) HAVERIA, CONDIÇÕES DE RECONDUZIR A ORIZICULTURA À SITUAÇÃO DE HÁ ALGUNS ANOS. DEVEM-SE DETECTAR AS ORIGENS DOS ATUAIS PROBLEMAS, BASICAMENTE INICIADOS EM 1980, E TENTAR ELIMINÁ-LOS, ATRAVÉS DE MEDIDAS ESPECÍFICAS, ATUALMENTE DE DIFÍCIL ADOÇÃO.

O ingresso no mercado da safra 1983/84 dos mais importantes produtos vegetais tem sido acompanhado com muita expectativa. Há bastante divergência em torno da quantidade que será produzida, falando-se freqüentemente em 50 milhões de t de grãos, variando, aliás, o conceito de grão. Até meados de maio, tinha-se certeza de que se realizariam importações de feijão, de trigo (4 milhões de t, como sempre) e de um ou outro produto, como o algodão.

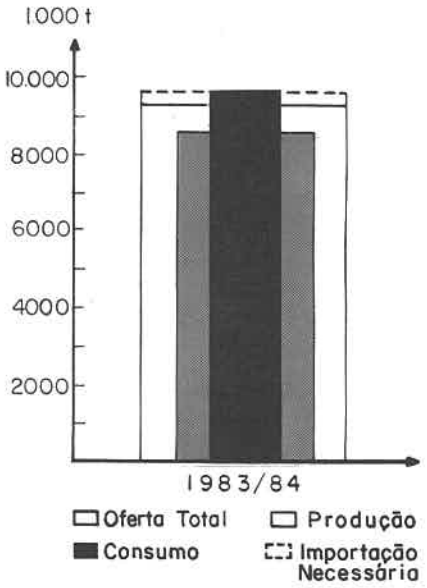
Para o governo federal, o arroz parece ainda estar no rol das importações incertas, mesmo após a reunião do **Conselho Monetário Nacional**, em 14/5. Já era sabido, porém, que embora a safra atual deva superar a anterior em cerca de 400 mil t, estará bem abaixo de anos passados, notadamente 1975/76 e 1979/80, com aproximadamente 9,6 milhões de t.

O Gráfico 02 ilustra a situação atual do abastecimento. A avaliação da safra em 8,6 milhões de t e a presença de estoques estimados em 700 mil t asseguram uma oferta de 9,3 milhões de t. A grande incógnita para a elaboração de um balanço de oferta e demanda é o comportamento do consumo, numa fase crítica como a que hoje atravessa a economia brasileira. Para o ano passado, a **CFP** calculou um consumo de 9,65 milhões de t, mas a contração do nível de renda dos consumidores obrigou-a a refazer sua estimativa, que passou a 9,55 milhões de t. Outras fontes, ligadas à iniciativa privada, acreditam numa redução ainda maior.

ARROZ EM CASCA

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO, DO CONSUMO E DA OFERTA TOTAL NA SAFRA - 1983/84

Gráfico 02



Fonte: CFP

Consumo e produção indefinidos: quanto é necessário importar?

No corrente ano, a estimativa do consumo tornou-se mais complexa. A **CFP** está considerando a hipótese de repetição da quantidade consumida em 1983 e, aceitando-se aquele número, vê-se que haverá necessidade de complementação da oferta interna, com as importações. Difícil será dimensionar sua real necessidade, pois ao lado da retração do poder de compra da população, em termos de arroz, verificam-se dificuldades com outros gêneros alimentícios. O substituto mais próximo do arroz, o macarrão, tem seus preços majorados sempre que se altera o subsídio ao consumo do trigo e deverá apresentar grande aumento, em razão da recente decisão de eliminar este subsídio até o fim do ano. Quanto ao feijão, deverá ser uma presença ainda menos freqüente nas cestas de alimentos, este ano. Assim, a **CFP** conta que o efeito-substituição, em razão das maiores altas nos preços dos outros gêneros, poderá compensar o efeito-renda, motivado pela política salarial, impedindo que o consumo de arroz caia excessivamente.

A escassez do arroz no segundo semestre será o determinante do comportamento dos preços e da efetiva necessidade das importações. Até o momento, as 8,6 milhões de t parecem factíveis, dado o desempenho das lavouras dos principais estados produtores.

A safra gaúcha, por exemplo, vem sendo estimada entre 3,1 milhões de t e 3,2 milhões de t, com cerca de 90% colhidos até a segunda semana

de maio. O rendimento físico é elevado e os 10% ainda não colhidos, que poderão ter sido afetados pela enchente do rio Jacuí, deverão se efetivar. Os agricultores do estado, porém, têm sido afetados pela problemática situação geral da economia. Não há muita comercialização, com a **CFP** fazendo poucas compras, em **AGF**. Os **EGF's** estão parados, pois o estado recebeu recursos para a cobertura da mesma quantidade do ano passado. A quantidade excedente terá de ser colocada no mercado, ou ter sua estocagem financiada a juros bem mais elevados.

Como os preços médios recebidos pelos produtores estão, segundo a **CFP**, em Cr$ 11 mil/saca, existe alguma resistência à venda imediata. O recente acordo firmado entre os produtores e as indústrias, que estabeleceu um preço médio para as suas vendas para fora do estado, corrigido mensalmente pelas **ORTN's** (em abril, era de Cr$ 17.800 o fardo de 30 kg do arroz beneficiado, passando a Cr$ 19.384, em maio) permite aos orizicultores receberem o equivalente ao preço mínimo oficial corrigido, pouco mais de Cr$ 13 mil por saca de 60 kg. Deste modo, como o governo federal não atendeu à reivindicação de correção do preço mínimo até ao fim da colheita, o reajuste mensal do preço da indústria poderá contribuir para preservar os ganhos do agricultor. É bem possível, porém, que o mercado não consiga, nas próximas semanas, sustentar este nível de preços. Aliás, segundo a **CFP**, os engenhos privados não estão cumprindo o acordo, o que vem sendo feito pelas cooperativas.

A solução é criativa e mostra que a preocupação governamental com o desempenho da agricultura este ano deve ser ainda maior. O Quadro 08 apresenta a evolução dos preços médios mensais recebidos pelos produtores de arroz no Rio Grande do Sul, nas últimas safras. A tendência à queda ali mostrada só não tem acarretado maiores problemas porque o investimento na agricultura, em anos anteriores, permitiu a formação de uma infra-estrutura sólida e porque a produtividade agrícola estadual tem aumentado significativamente nos últimos anos (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nº 1).

Apesar dos ganhos no rendimento físico, a rentabilidade do cultivo nem sempre está assegurada. Segundo o **Instituto Rio-Grandense do Arroz**, o custo de formação de um hectare irrigado, nesta safra, foi, em maio do ano passado, de pouco mais de Cr$ 610 mil, mas na atualização, feita em janeiro, já estava em Cr$ 997 mil, custando cada saca Cr$ 12.066 (a uma produtividade de 4.120 kg/ha). Na atual safra, porém, tem-se registrado um bom rendimento, estimado pela **Emater/RS** em 4.350 kg, com algumas regiões ultrapassando os 5.000 kg/ha.

Também no Maranhão, estimam-se bons resultados. Ao que parece, a grande safra esperada há dois anos afinal poderá acontecer. Por ocasião do plantio, o **GCEA** esperava uma área cultivada de 803,2 mil ha, um rendimento físico médio de 1.381 kg/ha e uma produção de 1,1 milhão de t. Em abril, estes números passaram a 841 mil ha, 1,2 milhão de t e 1.405/kg/ha. A região de Balsas, que colhe mais cedo, no início de maio já estava encerrando sua safra, que começará em outros pontos do estado ao longo de maio e junho. As chuvas prosseguem em todo o território, mas dificilmente acarretarão danos às lavouras. Até a segunda semana de maio, apenas Pedreiras e Bacabal apresentaram perdas, em razão da enchente do Rio Mearim. É bem verdade que a safra poderá apresentar perdas indiretamente derivadas do clima, pois o sistema viário estadual apresenta problemas no período chuvoso e o escoamento da produção tem enfrentado alguns percalços. Nestas duas regiões — Pedreiras e Bacabal — tem-se detectado excessiva umidade na pequena quantidade já colhida do produto, por vezes acima de 20%.

Em razão da elevada quantidade esperada, o mercado maranhense tem estado deprimido, favorecendo as compras da **CFP**, que vem atuando bastante. Os preços mais altos, no

QUADRO 08 – RIO GRANDE DO SUL – EVOLUÇÃO REAL[1] DOS PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS ORIZICULTORES – 1980 A 1984 – Cr$/kg

QUADRO 08

MÊS	1980	1981	1982	1983	1984
Janeiro	356,47	206,64	262,18	234,49	184,69
Fevereiro	364,49	198,01	255,38	238,28	207,95
Março	254,30	197,82	252,41	217,15	199,13
Abril	321,00	213,04	238,32	209,42	
Maio	282,50	200,60	256,54	196,26	
Junho	283,59	186,03	243,75	180,06	
Julho	267,16	188,88	236,35	182,26	
Agosto	255,19	184,64	229,63	222,60	
Setembro	229,67	180,44	219,50	232,57	
Outubro	251,53	187,55	214,37	216,30	
Novembro	242,95	205,88	214,67	211,88	
Dezembro	223,31	224,96	270,33	200,46	

FONTE – CEA/FGV

[1] **Valores corrigidos pelo *IGP*, coluna 2 de *Conjuntura Econômica*, para março de 1984.**

nível do produtor, verificam-se em Balsas e Santa Inês, entre Cr$ 10 mil e Cr$ 12 mil. Barra do Corda registra preços entre Cr$ 7.800/saca e Cr$ 8.400/saca e Bacabal, entre Cr$ 7.800 e Cr$ 9 mil. Apesar da mudança qualitativa que se vem operando nos arrozais do sul do estado, onde a tecnificação avança gradativamente, a maior parte das lavouras ainda é rudimentar, o que impedirá maior repercussão dos baixos preços no próximo plantio. A confirmação dos números citados significará a garantia de um abastecimento mais tranqüilo ao Norte/Nordeste, do qual os maranhenses são os principais fornecedores.

A safra foi boa nos grandes estados produtores, faltando definir-se o Maranhão.

É prática usual aos negociantes do Maranhão a compra de arroz goiano, principalmente quando a produção local tem desfalques. Este ano, também a safra de Goiás teve um bom desempenho. A área plantada foi estimada pela **Cepa/GO** em 1,1 milhão de ha. A produção do arroz de sequeiro somou 973,9 mil t, com um rendimento de 940 kg/ha.

Também em Goiás ocorre um crescimento, pequeno porém constante, das lavouras irrigadas, que atraem o interesse de grupos econômicos do Sul e do Sudeste. O arroz irrigado não possui um calendário rígido e tanto o seu plantio quanto a colheita prosseguirão até o fim do ano. Espera-se um plantio de 31,1 mil ha e uma produção de 101.840 t, com um rendimento médio de 3.273 kg/ha. Houve compras da **CFP**, mas não deverão prosseguir por muito mais tempo, pois o preço médio ao produtor, em abril, de Cr$ 11.791/50 kg, está aumentando. No início de maio, o preço recebido pelo agricultor variava de Cr$ 12 mil/60 kg a Cr$ 18 mil/60 kg, havendo regiões em que já se pediram Cr$ 20 mil/60 kg. Como auxílio às compras oficiais, porém, deve-se considerar o comportamento dos cerealistas, que estão começando a conter suas aquisições, para forçar os produtores a vender ao governo, do qual pretendem adquirir o produto mais tarde, por preços abaixo do nível do mercado.

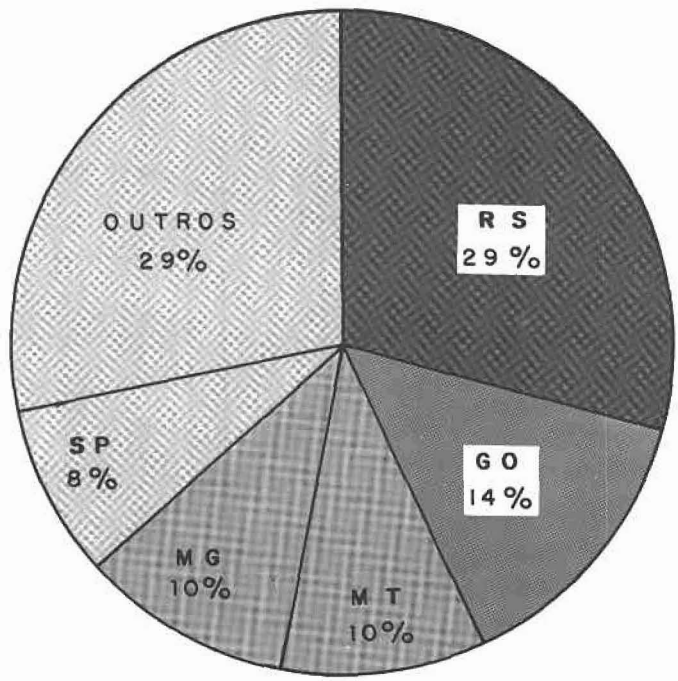
Do exposto, conclui-se que a manutenção de estoques de reserva, de porte suficiente para garantir o abastecimento e sua liberação de forma adequada à preservação da rentabilidade do negócio agrícola, além de incentivos ao plantio, são aspectos importantes com que se deverá preocupar o governo, para o amparo à orizicultura.

ARROZ EM CASCA

BRASIL — PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES

SAFRA 1982/83

Gráfico 03



OBS: Na safra de 1982/83, a produção do Maranhão foi de apenas 431 mil t, o que colocou o estado em sétimo lugar entre os produtores brasileiros.

FONTE DOS DADOS BÁSICOS - IBGE

O Gráfico 04 apresenta a evolução do consumo, da produção e da disponibilidade interna do arroz no Brasil, juntamente com os preços médios recebidos pelos agricultores, corrigidos para março de 1984. O último ano que pode ser considerado normal é o da primeira coluna, 1979/80. Para um consumo estimado em 8,6 milhões de t, registrou-se uma produção de 9,6 milhões de t e uma disponibilidade (produção + estoque + importação – exportação) de 10,7 milhões de t. No ano seguinte, a produção foi cerca de 1 milhão de t inferior, mas os estoques iniciais haviam passado das 737 mil t de 1980, para 2,1 milhões de t. A pressão exercida por esta reserva, mais as importações, acarretou uma drástica redução dos preços, que não mais retornaram ao patamar mais elevado.

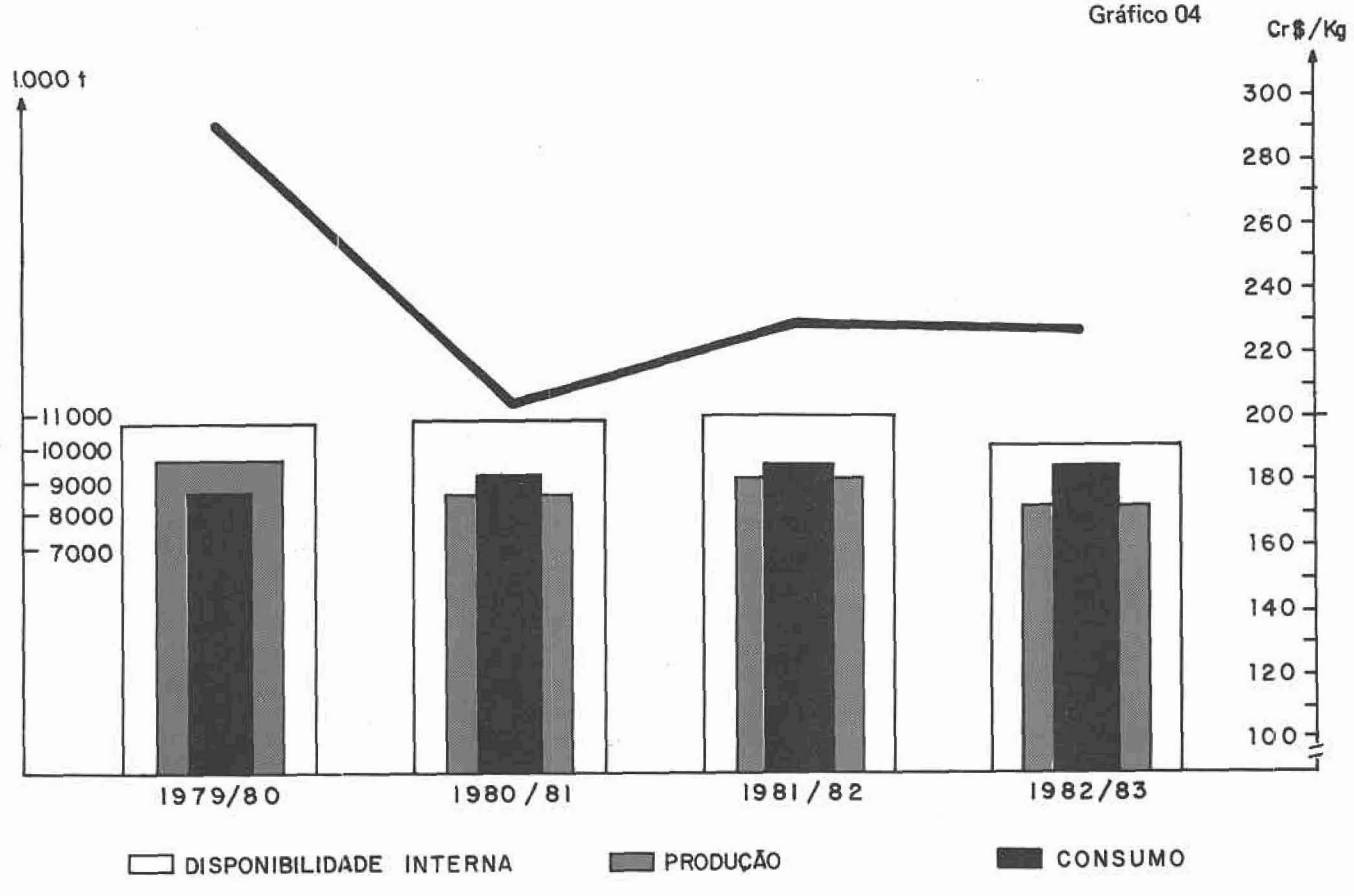
Segundo a **CFP**, 13,1% da produção do arroz de sequeiro foram comprados pelo preço mínimo, em 1981. A partir de então, o consumo do arroz tem superado a produção em todos os anos e as importações passaram de solução eventual a recurso obrigatório (em 1983, foram importadas 436 mil t, em 1982, 150 mil e, em 1981, 210 mil t).

Várias medidas de apoio à produção têm sido sugeridas, tanto por órgãos governamentais, quanto por entidades representativas de produtores e de atividades associadas (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nº 3). Todas elas, porém, colidem com a programação de contenção de gastos governamentais, o que significa que, fora as medidas de caráter estritamente conjuntural pouco se deve esperar, no curto e médio prazos, para a superação dos problemas da orizicultura.

ARROZ EM CASCA – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, DO CONSUMO, DA DISPONIBILIDADE INTERNA E DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO BRASIL

SAFRAS 1979/80 A 1982/83

Gráfico 04



FONTE – CFP, CEA/FGV

MILHO

APENAS A CUIDADOSA COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA PODERÁ MANTER OS PREÇOS FAVORÁVEIS AOS PRODUTORES, POIS FALTAM RECURSOS PARA A FORMAÇÃO DE ESTOQUES E A DEMANDA VEM DECLINANDO, EM RAZÃO DA MENOR PRODUÇÃO AVÍCOLA E DA ESTAGNAÇÃO DA SUINOCULTURA.

A reavaliação feita pela **CFP**, no final de abril, apresentou uma queda na colheita do Centro-Sul, da ordem de 4,7%. Para as regiões Norte e Nordeste, a mesma fonte prevê uma produção de 1,36 milhão de t(a estimativa para a safra total é de cerca de 21 milhões de t).

A redução no Centro-Sul deveu-se à quebra provocada pela estiagem, no início do ano. Já no Nordeste, ao contrário, à medida em que as precipitações persistem, crescem as esperanças de normalização da safra regional.

Se a produção e a colheita se desenvolvem de forma satisfatória, do ângulo do consumo o mesmo não ocorre. De acordo com relatório da **Apinco**, referente ao primeiro quadrimestre, a produção de frangos de corte foi 17% inferior à de igual período de 1983. Semelhantemente, sabe-se que, como vem ocorrendo desde 1982, os suinocultores têm mantido a produção controlada, expandindo-se apenas moderada e temporariamente em resposta à demanda industrial, como forma de manter o preço médio do produto em níveis realmente compensadores.

Diante desses fatos, os produtores de milho enfrentam uma situação **sui generis**. Como se não bastasse a escassez de recursos para a comercialização da safra 1983/84, há um declínio acentuado da demanda, devido principalmente à retração da avicultura, afetada também pela perda do poder aquisitivo da população, nos últimos anos. Surpreendentemente, em pleno pico de safra no Centro-Sul do país, os preços nominais ao produtor estão estagnados em patamares alcançados em fins do ano passado, ou seja, caíram por terra as previsões de que o preço mínimo seria largamente praticado e de que o governo seria obrigado a realizar aquisições vultosas (ver Gráfico 05).

É quase impossível vender pelo preço mínimo.

Na verdade, os preços vigentes até o momento são favoráveis porque o produtor, através de uma comercialização vagarosa, tem procurado neutralizar os efeitos da escalada inflacionária, visto que o preço mínimo fixado em janeiro, três meses antes do pico da safra, ficou bastante defasado. Afinal, para o agricultor não tem sentido vender seu produto por Cr$ 6.180/saca, sabendo que seus custos de produção para a safra 1984/85 deverão ser mais de 100% superiores aos da safra atual. Em outras palavras, entregar seu produto a um preço próximo do mínimo quase equivale a uma declaração de desistência do plantio na próxima safra.

No Paraná, que deverá produzir 5,5 milhões de t (8,6% a mais do que em 1982/83), o agricultor de milho, no final de abril, recebia Cr$ 8.000/60 kg, 29% acima do preço mínimo, e 31% a mais em termos reais, do que o preço recebido há um ano. Isto vem acontecendo, a despeito tanto da escassez de recursos governamentais para a estocagem, quanto da política de compras parcimoniosas adotadas pelas indústrias de ração, que preferem comprar a matéria-prima **da mão para a boca** a formar estoques, tendo em vista não só a defasagem entre o tamanho da safra e o consumo projetado, mas também o atual elevado custo financeiro de sua manutenção(*).

Mais uma vez, os estados do Sul, junto com São Paulo e Minas Gerais, deverão responsabilizar-se por cerca de 80% da colheita, representando a região Sul, isoladamente, quase 55% da produção nacional.

No Paraná, cresceu a participação do milho tardio, cuja área passou a representar 5,5% da superfície total semeada. Este aumento prende-se, basicamente, à adequação do cereal às regiões onde o trigo, tradicionalmente plantado, era pouco produtivo por inadaptação ao clima.

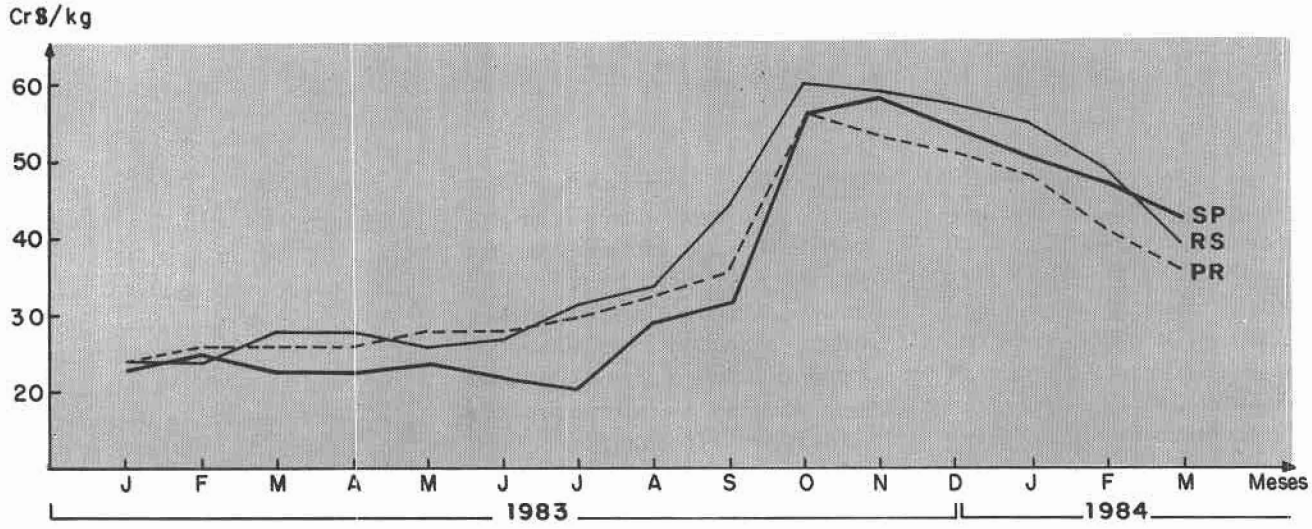
Já a produção gaúcha deverá ficar, segundo o **IBGE**, em 3,6 milhões de

(*) Parte da justificativa para este aumento de preço é a interrupção que normalmente ocorre, nesta época do ano, na colheita do milho, para que se dê prosseguimento à de soja.

MILHO – PREÇOS REAIS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM SÃO PAULO, RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ

JANEIRO DE 1983 A MARÇO DE 1984

Gráfico 05



* Corrigidos pelo IGP COL. 2 para janeiro de 1983

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas / FGV

t, resultado medíocre, devido à baixa produtividade, em torno de 1.900/kg/ha. De qualquer forma espera-se que o preço ao produtor, atualmente em Cr$ 9.000/saca, decresça para cerca de Cr$ 8.500/saca quando a colheita se reiniciar. Esses preços não agradam aos produtores, tendo em vista a expectativa de rentabilidade muito mais favorável para a soja, que é uma outra opção de plantio. De acordo com as estimativas de custo projetadas pela **Fecotrigo** e as informações de preços fornecidas pelo **Depa/RS**, para o milho esta relação é de 1,60(**).

(**) **Dado referente à lavoura mecanizada.**

Santa Catarina conta produzir pouco mais de 2,7 milhões de t de milho, apresentando um rendimento de 2.380 kg/ha. Com mais de 30% da lavoura já colhidos, o preço ao produtor gira em torno de Cr$ 8.000/saca, sendo que as grandes criações integradas no estado vêm comprando o grão em outras unidades da **Federação**. No estado de São Paulo, que deverá colher mais de 2,9 milhões de t, o preço ao produtor elevou-se, nos últimos dias, para Cr$ 8.500/saca, por força de chuvas, que afetaram a colheita. Embora 60% da safra já estejam colhidos, a comercialização vem sendo muito lenta. A quantidade recebida pela **Ceagesp**, até o momento, é 20% inferior a igual período do ano passado.

Em Minas Gerais, devido ao retardo no plantio, a colheita encontra-se bastante atrasada. Na área do **Triângulo Mineiro**, por exemplo, a colheita só deverá iniciar-se em maio/junho, sendo que, de acordo com o **IBGE**, a produção total do estado deverá ultrapassar levemente as 2,6 milhões de t. Com 40% colhidos, o preço médio no estado tem sido de Cr$ 9.500/saca, chegando a até Cr$ 12.500 em regiões de menor produção.

SOJA

AS SUCESSIVAS ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA SÃO O REFLEXO FIEL DA COMPLEXIDADE DA ATUAL SITUAÇÃO DOS MERCADOS BRASILEIRO E INTERNACIONAL. O PRIMEIRO É ALTAMENTE INFLUENCIADO PELOS ACONTECIMENTOS NO MERCADO EXTERNO, CUJA CONJUNTURA ALTISTA É DANOSA PARA OS CONSUMIDORES, JÁ AFETADOS PELAS DIFICULDADES QUE ATRAVESSA A ECONOMIA DO PAÍS.

A colheita foi estimada, em abril, pela **CFP**, em 15,2 milhões de t, praticamente o mesmo patamar das últimas quatro safras brasileiras.

Em 1984, entretanto, registrou-se um sensível crescimento de área, que, segundo os dados do **IBGE**, de março, alcançou os 9,4 milhões de ha, com um acréscimo de 11% sobre os 8,6 milhões plantados na safra anterior. O rendimento médio do país deverá situar-se próximo aos 1.650 kg/ha, inferior às projeções iniciais e bem abaixo do de 1983 — 1.792 kg/ha. Desde o início da safra, podia-se prever que haveria uma certa redução nesse rendimento, em razão da falta de sementes de boa qualidade, do plantio de grãos comuns e dos atrasos na semeadura, devidos à estiagem em novembro e dezembro. Adicionalmente, em regiões específicas, houve secas em janeiro, fevereiro e março. As áreas mais atingidas localizam-se no Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Na verdade, todos os estados produtores devem obter rendimentos físicos inferiores aos de 1983, exceto a Bahia, onde as lavouras estão saindo da fase experimental e Santa Catarina.

Esses resultados ainda são preliminares, mas é provável que, daqui para a frente, apresentem pouca alteração. O relevante para o produtor, no presente momento, é o desenrolar da política de comercialização oficial (para que ele possa programar a sua própria comercialização, já relativamente prejudicada pela escassez de **EGF**) e, evidentemente, o comportamento do mercado externo.

. . . a grande influência do mercado internacional acarreta indefinições na comercialização.

No que concerne à política oficial, a situação não parece muito tranqüila, como demonstra a grande movimentação que já ocorreu este ano: suspensão, reabertura e novas suspensão e reabertura das exportações do grão, proporcionalidade com as vendas de 1983 (cada exportador só poderia vender 60% de grão, farelo e óleo do que exportou no mesmo mês do ano passado), liberação e suspensão das exportações de farelo e liberação das importações de óleo. Ao que tudo indica, novas medidas ainda serão tomadas para tentar resolver um problema até hoje aparentemente sem solução: como estimular as vendas externas e, assim, obter o maior ingresso possível de divisas, mantendo, ao mesmo tempo, o mercado interno abastecido, e a preços razoáveis. Esse dilema faz com que, alternadamente, privilegie-se o escoamento das exportações e a garantia do abastecimento doméstico.

A questão torna-se mais complexa num ano como o atual, em que os preços do óleo de soja — de peso considerável no custo de vida da população urbana brasileira — encontram-se muito elevados no exterior, como conseqüência de um conjunto de eventos que modificaram o panorama do mercado do complexo soja, a partir de julho de 1983.

Realmente, no ano comercial 1983/84 (outubro—setembro) acumularam-se a interferência governamental norte-americana com o programa de desestímulo ao plantio (que indiretamente afetou a soja) e a seca nos Estado Unidos da América, nas Filipinas, Malaísia e Indonésia.



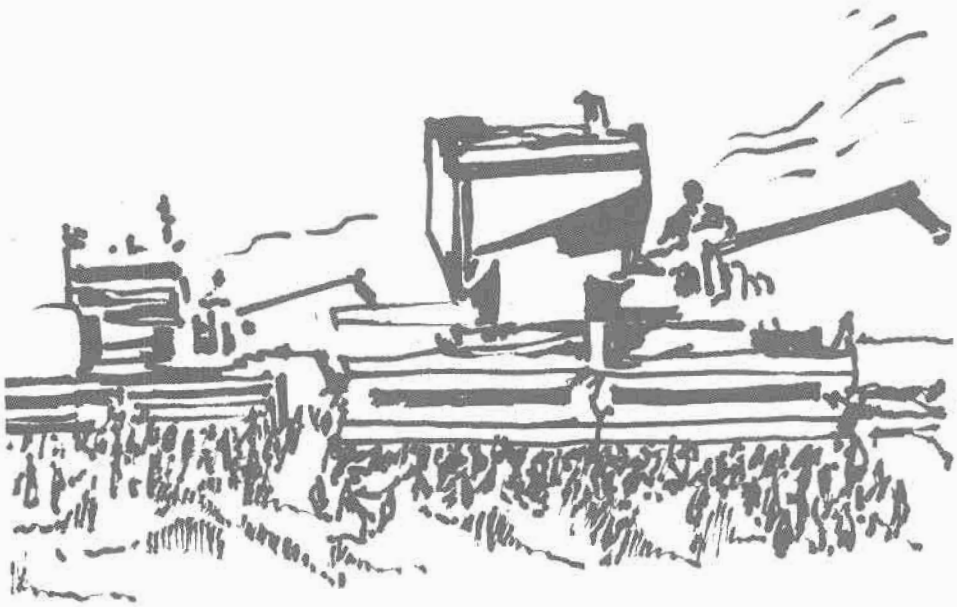
Em função disso, os preços internacionais da soja cresceram 55% em dólares, entre junho e agosto de 1983, ao mesmo tempo em que os do farelo aumentaram 48% e os do óleo 80%. O acréscimo foi muito maior no caso do óleo porque sua oferta, em termos relativos, se reduziu mais.

Do lado da demanda, o mercado está sendo afetado pelo comportamento da **URSS**, que vem reduzindo suas compras de farelo. Entre outubro de 1983 e fevereiro de 1984, aquele país importou 46% a menos do que no mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, os países tradicionalmente importadores de óleo (Índia, Paquistão, Iraque), por razões variadas, aumentaram suas compras. Além do mais, os farelos contam com maiores possibilidades de substituição por parte dos consumidores, que, em último caso, podem ainda reagir a um aumento de preços com uma redução de rebanhos.

A conseqüência de todo este processo foi uma modificação substancial das participações do farelo e do óleo no valor total da oleaginosa, depois de processada pela indústria. Ou seja, como a demanda por farelo é fraca, o esmagamento vem ocorrendo primordialmente para atender ao consumo de ólo, acentuando a tendência de uma oferta abundante de farelo. Assim, a participação do óleo de soja no valor combinado dos dois produtos aumentou de 29%, antes da seca nos **EUA**, para 40%, atualmente. Há previsões que esse movimento poderá acentuar-se nos próximos meses.

Para o Brasil, em termos de receita cambial, essa situação do mercado internacional é positiva apenas em parte. Como é sabido, a maior parcela da receita cambial do complexo soja provém das exportações de farelo que, em 1983, representaram 70% dos US$ 2,6 bilhões recebidos com a venda de grão, farelo e óleo ao exterior.



Para este ano, é possível projetar-se um ingresso de US$ 2,7 bilhões, com base nos excedentes exportáveis de uma safra de 15,2 milhões de t, e preços médios estimados para a atual temporada pelo **Departamento de Agricultura dos EUA.**

Por fim, é possível acrescentar que, mais uma vez, o consumidor brasileiro será afetado pela articulação existente entre o mercado interno da soja e as operações do mercado internacional do produto, sendo obrigado a pagar preços elevados pelo óleo que consome.

QUADRO 09 – BRASIL – EVOLUÇÃO DA ÁREA DEDICADA À SOJA NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – 1979/80 A 1983/84 – 1.000 ha

ESTADO	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84[1]
Rio Grande do Sul	3.988	3.816	3.540	3.403	3.666
Paraná	2.411	2.250	2.100	2.022	2.200
Santa Catarina	520	484	445	359	437
São Paulo	561	543	516	470	480
Minas Gerais	162	187	229	258	331
Mato Grosso do Sul	807	776	843	925	1.182
Mato Grosso	70	120	194	302	524
Goiás	246	299	317	371	586
Outros	9	18	18	26	62
Brasil	8.774	8.194	8.202	8.136[2]	9.468

FONTE – IBGE

[1] Dado preliminar, do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de abril de 1984.

[2] Refere-se à estimativa de área colhida, efetuada após os ajustes motivados pela quebra da safra.

TRIGO

HÁ TEMPOS DISCUTE-SE A RETIRADA DO SUBSÍDIO AO CONSUMO DO TRIGO, RESPONSÁVEL POR VÁRIAS DISTORÇÕES. OS SUCESSIVOS ADIAMENTOS TORNARAM A SITUAÇÃO AINDA MAIS COMPLEXA, HAVENDO GRANDE INDEFINIÇÃO NO ATUAL PLANTIO E QUANTO AO FUTURO DA ATIVIDADE.

O plantio do trigo é normalmente definido no mês de abril. Este ano, porém, permanece uma grande incerteza quanto à área a ser semeada, uma vez que a política oficial está sendo considerado desestimulante pelos produtores. Esta será a primeira safra que ocorrerá após a adoção das novas normas, segundo as quais os agricultores pagarão correção monetária plena, mais 3% de juros, pelos empréstimos feitos na rede bancária.

Os médios e grandes produtores, à semelhança do ano passado, têm direito, respectivamente, a 60% e 40% do **Valor Básico do Custeio** mas, a partir de agora, não será possível obter automaticamente a parcela complementar do **VBC**, a juros mais elevados (ver Preceitos de Política Agrícola).*

Quanto ao preço de garantia, de Cr$ 18 mil/60 kg (em 1º de abril), apesar de estar abaixo dos Cr$ 23 mil/60 kg, reivindicado pela **Fecotrigo**, até teve reajuste em dólar, pois o preço de aquisição, à taxa de câmbio do primeiro dia de cada mês, passou a US$ 225/t, ao invés dos US$ 203/t, de 1983, embora os preços internacionais não tenham registrado alta.

Usualmente, considera-se que a garantia de preços é fator mais relevante como incentivo ao plantio do que o crédito farto e/ou barato. No caso do trigo, entretanto, dada a instabilidade de sua produção nas regiões tradicionais, o crédito do custeio a juros inferiores aos do mercado, assim como a cobertura do **Proagro**, desempenham, concretamente, a função de reduzir o risco privado da atividade.

De qualquer forma, para a safra de 1984, os valores básicos de custeio, fixados para as faixas em que se encontra a maior parte dos produtores — 801 a 1.000 kg/ha e 1.001 a 1.200 kg/ha — foram aproximadamente 200% maiores do que os de 1983 (ver Quadro 10). O custo financeiro, entretanto, apresentará acréscimos substanciais (na última safra, os triticultores pagaram uma taxa de juros de 60%) e alguns insumos tiveram seus preços elevados bem acima de 200%. No cômputo geral, os dados da **Fecotrigo** indicam um crescimento de 224% no preço das sementes e de 249% no conjunto dos insumos modernos — calcário, fertilizantes, sementes, defensivos — enquanto o total dos custos teria aumentado 324%, estimulado, principalmente, pelos custos financeiros que, segundo aquela entidade, passaram de Cr$ 34.923/ha, em 1983 para Cr$ 241.909/ha, este último valor representando 42% dos custos totais de produção.

Mesmo levando em conta que as estimativas da **Fecotrigo** representam apenas uma média e, portanto, os custos efetivos das diversas lavouras são diferentes, é razoável admitir que a safra deste ano exigirá um aporte de recursos próprios bastante superior ao de 1983.

É bem verdade que o sucesso da última safra, em termos de produtividade representa, em contrapartida, um fator de estímulo. Até o momento, é possível prever apenas as áreas potenciais, nos diversos estados produtores, já que não se dispõe ainda de estimativas confiáveis. Há, entretanto, opiniões contraditórias quanto às reais intenções de plantio. De um lado, sugere-se que a área deverá sofrer uma sensível redução, pois os produtores estariam devolvendo sementes e insumos já adquiridos. De outro, há a hipótese de que isso não venha a ocorrer. A prevalecer essa última tendência, o Paraná, primeiro

QUADRO 10 — BRASIL — VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO DESTINADOS ÀS LAVOURAS DE TRIGO EM 1983 E 1984 (em Cr$/ha)

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	1983	1984
Até 600	35.100	105.200
601 — 800	46.500	139.800
801 — 1000	55.200	166.800
1001 — 1200	63.700	193.800
1201 — 1400	77.100	274.200

FONTE — Banco Central do Brasil.

*Este comentário já estava pronto quando foram alterados os limites de adiantamento dos recursos de custeio para as lavouras de trigo. Dessa forma, os médios e grandes produtores passam a ter direito de obter junto à rede bancária 80 e 60% do *Valor Básico de Custeio (VBC)*, respectivamente, contra 60 e 40% vigentes até então.

produtor em 1983, poderá repetir os 900 mil ha plantados no ano passado. Da mesma forma, Mato Grosso do Sul e São Paulo podem plantar áreas semelhantes às dos últimos anos — 150 mil/ha em cada um deles. O Rio Grande do Sul é uma incógnita maior ainda, pois lá o plantio se efetua mais tarde, estendendo-se até o final de junho. Sua área poderia alcançar os 800 mil ha, segundo dados do **CTRIN**.

Supondo-se que, realmente, seja plantada uma área da ordem de 2 milhões de ha, poder-se-á colher algo em torno das 2 milhões de t. Para tanto, depende-se, evidentemente, de um bom desempenho climático ao longo do inverno e da primavera próximos, fato não muito freqüente, em se tratando de trigo.

A última safra pode ser considerada atípica, pois se colheram 2,2 milhões de t, com uma produtividade de 1.190/kg/ha. Pelos padrões da lavoura no Brasil foi um bom rendimento, apesar de ser muito baixo, se comparado com os 2.500 kg/ha dos **EUA** ou os 1.800 kg/ha da **Argentina**. Nos últimos dez anos, apenas três vezes, em 1974, 1981 e 1983, a produtividade média brasileira ultrapassou os 1.000/kg/ha.

Prossegue a discussão quanto à retirada do subsídio.

As dificuldades da produção de trigo, com os já conhecidos problemas de adaptação do cereal de inverno ao clima subtropical do Sul do país, suscitam renovadamente a discussão a respeito da viabilidade da produção brasileira. O problema torna-se mais complexo quando se compara a produção — no patamar de 2 milhões de t, com o consumo, próximo das 6 milhões de t, nos últimos três anos (ver Quadro 11).



Essa defasagem, ampliada ao longo do tempo, pelo subsídio dado ao consumo, torna cada vez mais problemático o processo de sua eliminação.

Várias vezes programada, essa eliminação ainda parece um pouco distante, pois, atualmente, o governo adquire a tonelada de trigo por aproximadamente Cr$ 300 mil e a revende aos moinhos por Cr$ 148.218. A retirada total do subsídio implicará num reajuste que cubra essa diferença e na manutenção de correções freqüentes, para impedir que a defasagem dos preços de importação e do mercado interno cresça de novo.

Ao que tudo indica, a extinção total do subsídio acarretará também a modificação de todo o mecanismo de comercialização do trigo no país, estatizada desde há muito. Também nesse campo nada está definido, até agora.

QUADRO 11 — BRASIL — ABSORÇÃO DE TRIGO EM GRÃO PELOS MOINHOS 1974 A 1983 — 1.000 t

ANO	TRIGO NACIONAL	TRIGO ESTRANGEIRO	TOTAL
1974	1.695	2.421	4.116
1975	2.471	1.966	4.437
1976	1.537	3.527	5.064
1977	2.613	2.639	5.252
1978	1.593	4.063	5.656
1979	2.478	3.619	6.097
1980	2.093	4.709	6.802
1981	2.138	3.960	6.098
1982	1.637	4.398	6.035
1983	nd	nd	5.800[1]

FONTE — Departamento de Trigo — Sunab
[1] Estimativa

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR

A **Resolução nº 04/84**, de 27/4/84, do **IAA**, estabelece a produção da safra 1984/85 em 850 mil t de açúcar e 9,064 bilhões de litros de álcool.

A produção no **Norte/Nordeste** deverá ser de 3,5 milhões de t de açúcar e 1,6 bilhão de litros de álcool. A do **Centro-Sul** deverá ser de 5 milhões de t de açúcar e 7,464 bilhões de litros de álcool (**Diário Oficial** de 2/5/84).

A **Resolução nº 05/84**, de 27/4/84 do **IAA**, dispõe sobre preços, tipos, comercialização, abastecimento de refinarias autônomas, condições de aquisição para exportação de açúcar e álcool, bem como sobre o financiamento à produção.

CRÉDITO RURAL

A Circular nº 857, de 30/4/84, do **Banco Central do Brasil**, regulamenta a Resolução nº 904 (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nº 4, abril de 1984) introduzindo algumas modificações importantes no crédito rural.

Além de esclarecer a forma pela qual se fará a classificação dos bancos por faixas de exigibilidade, para efeitos do percentual de aplicações em crédito rural, a Circular informa que os **EGF's** formalizados até 5/4/84 continuarão sob risco do Tesouro Nacional.

Esclarece, ainda, o citado normativo, que a fiscalização deverá acompanhar trimestralmente a reutilização dos recursos destinados à aquisição de bens por cooperativas para fornecimento a seus associados e que os convênios vigentes com prazo inferior a sessenta dias não poderão ser reutilizados para novos repasses.

No que se refere ao crédito de custeio, a Circular 857 revoga o capítulo 37 do **Manual de Crédito Rural**, que trata das chamadas aplicações compulsórias. O dispositivo estabelecia que os bancos comerciais e de investimento deveriam manter aplicados em crédito rural pelo menos 10% e 5%, respectivamente, do total de suas operações de crédito sujeitas a limite de expansão. Estes recursos deveriam ser utilizados prioritariamente no custeio agrícola, crédito complementar para saneamento de cooperativa de produtores rurais, comercialização de laranja, pêssego, açúcar e álcool, aquisição de máquinas, etc, florestamento e reflorestamento e outras, a critério do **Banco Central**. Os recursos destinados ao crédito de custeio sob esta rubrica eram usados principalmente para o chamado custeio complementar, isto é, para completar a diferença entre o **VBC** integral e o limite de adiantamento que cabia aos produtores de acordo com a sua classificação, segundo o valor da produção: 90% do **VBC** para os mini e pequenos produtores, 60% do **VBC** para os médios e 40% para os grandes produtores, com exceção do custeio de feijão, que recebia 100% do **VBC** e dos agricultores das áreas da **Sudam, Sudene, Espírito Santo** e **Vale do Jequitinhonha**, regiões em que os limites eram de 100%, 70% e 50%, respectivamente. A diferença entre o crédito de custeio concedido com os recursos obrigatórios, e sujeitos aos citados limites, e o custeio complementar, é que sobre este último recaem encargos financeiros mais elevados (correção monetária igual à variação das **ORTN's** e juros de até 12% a.a., quando os recursos eram provenientes da exigibilidade de bancos de investimento ou até 3% a.a. quando originários da exigibilidade das demais instituições financeiras, isto em outubro de 1983).

Desta forma embora o crédito de custeio complementar (e demais financiamentos sob a égide do Capítulo 37 do **Manual de Crédito Rural**) só pudesse ser obtido a taxas de juros superiores às vigentes, na época, para as outras modalidades de crédito rural, ainda assim era mais barato do que o crédito obtido na chamada faixa livre de financiamentos.

A partir da Circular 857, os financiamentos agrícolas que se enquadravam nas normas do citado Capítulo 37 só poderão ser obtidos às taxas das operações bancárias comuns, embora para todos os efeitos, sejam classificados como crédito rural, isto é, ficam isentos de **IOF** e podem enquadrar-se no **Proagro**, além de estarem sujeitos a menor burocracia.

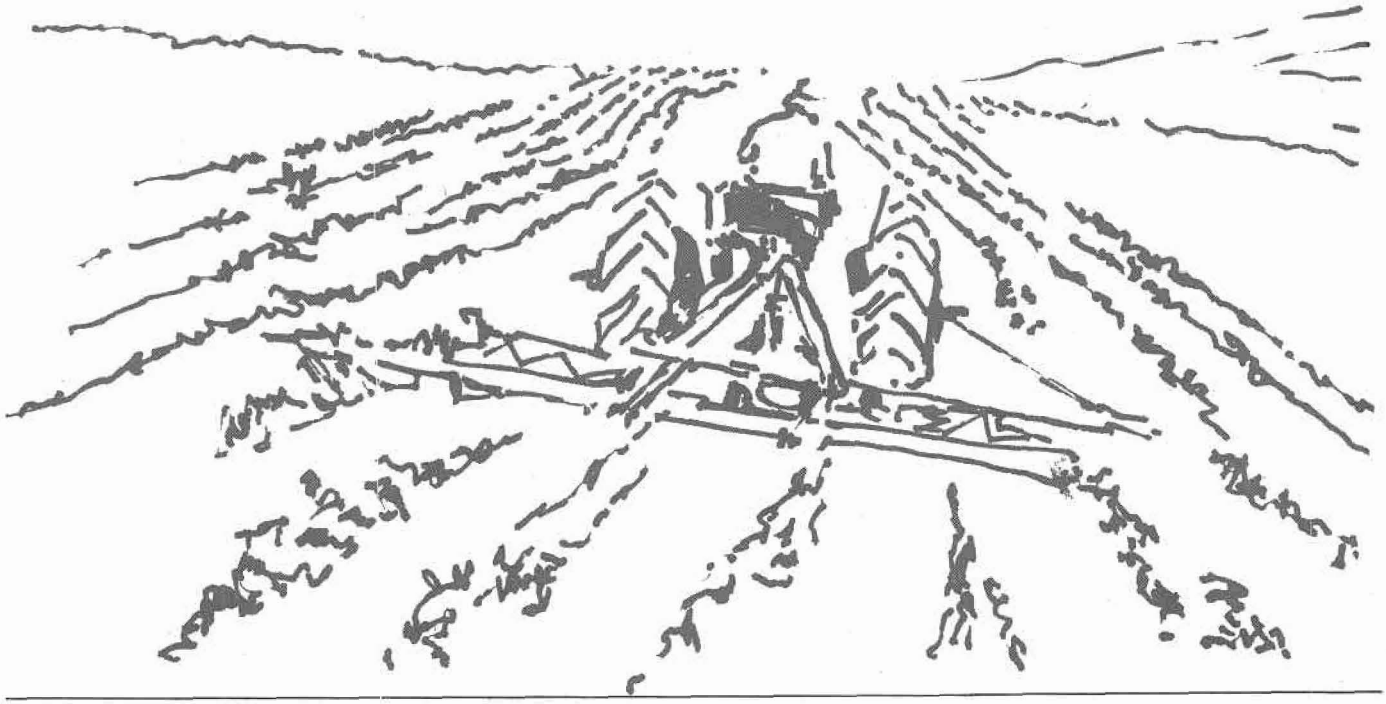
No que diz respeito ao crédito de comercialização, a Circular 857 esclarece que as garantias dos **EGF's** deverão incorporar o penhor dos produtos estocados. Este ponto, por sinal, havia suscitado dúvidas quando da publicação da Resolução 904 que,

entre outras coisas, transferia os riscos financeiros das operações de **EGF's** do Tesouro Nacional para os agentes financeiros. Isto daria aos bancos liberdade para exigir garantias adicionais dos tomadores e não deixava clara a obrigatoriedade do penhor mercantil em tais operações, sem o que a política de preços mínimos, como instrumento de regulação da oferta, poderia ver-se comprometida.

A este respeito, é conveniente recordar que a atividade agrícola, diferentemente de outros setores econômicos, é ainda extremamente dependente dos fatores ambientais. Esta dependência pode mascarar os resultados das ações econômicas sobre a produção. Assim como no passado, em anos de mais fartos recursos, as safras resultaram reduzidas em função de adversidades climáticas ou pragas, é possível que condições climáticas favoráveis tenham impedido que a safra de 1984 refletisse totalmente a escassez de recursos já imperante. Dado que, mesmo podendo-se, até o momento, considerar que a produção de 1984 foi boa, ela não deverá permitr a formação de estoques para atender eventuais insucessos.

Um exame das novas normas a que está sujeito o crédito rural indica que a obtenção de financiamentos para a agricultura está cada vez mais difícil. De certa maneira, este é um resultado previsível, pois a política econômica, de modo geral, está voltada para a redução de todas as fontes de aumento do déficit público, o que inclui quaisquer subsídios ao setor rural. Entretanto, são necessárias algumas ponderações quanto à eficiência destas medidas.

Como já foi mencionado em diversos números de **Agroanalysis** (especialmente no vol. 7, nº 12, de dezembro de 1983) nos últimos anos o crédito rural tem apresentado queda, quando descontados os efeitos da inflação, ao tempo em que as taxas de juros sobre ele vigentes têm apresentado substancial aumento no último ano, o que já reduziu bastante o subsídio implícito. Por outro lado, não é demais repetir que os aumentos nos preços dos produtos de origem agrícola no nível do atacado, que tanto têm pesado na taxa de inflação dos últimos meses, na verdade não representam ganhos para o produtor rural que, de maneira geral, já tinha vendido sua safra em meados de 1983 e ainda está colhendo a safra do corrente ano (ver a seção **Preços Recebidos pelos Agricultores**). As normas que vêm restringindo os aparentes benefícios que incidiam sobre o crédito rural e a escassez de recursos para a comercialização na presente safra, podem vir a contribuir, no curto prazo, para uma diminuição no ritmo de crescimento dos índices inflacionários. Entretanto, podem também resultar num maior crescimento dessas mesmas taxas no médio prazo, na medida em que os produtores rurais se vejam obrigados, por falta de meios financeiros, a reduzir a área de plantio das próximas safras ou a utilizar menos insumos em suas lavouras, reduzindo-lhes os rendimentos físicos.



CALENDÁRIO AGRÍCOLA

CEREAIS DE INVERNO
PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E SUA PARTICIPAÇÃO NA SAFRA DE 1983

AVEIA

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RIO GRANDE DO SUL 54,1%	Preparo do Solo			•	•								
	Semeadura ou Plantio					•	•	•					
	Tratos Culturais							•	•	•			
	Colheita											•	•
	Comercialização	•	•										•
	Entressafra			•	•	•	•	•	•	•	•		

CENTEIO *

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RIO GRANDE DO SUL 26,3%	Preparo do Solo				•	•							
	Semeadura ou Plantio						•	•					
	Tratos Culturais							•	•				
	Colheita											•	•
	Comercialização	•	•										•
	Entressatra			•	•	•	•	•	•	•	•		

CEVADA

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RIO GRANDE DO SUL 69,48%	Preparo do Solo					•	•						
	Semeadura ou Plantio						•	•					
	Tratos Culturais							•	•				
	Colheita											•	•
	Comercialização	•	•										•
	Entressafra			•	•	•	•	•	•	•	•		

TRIGO

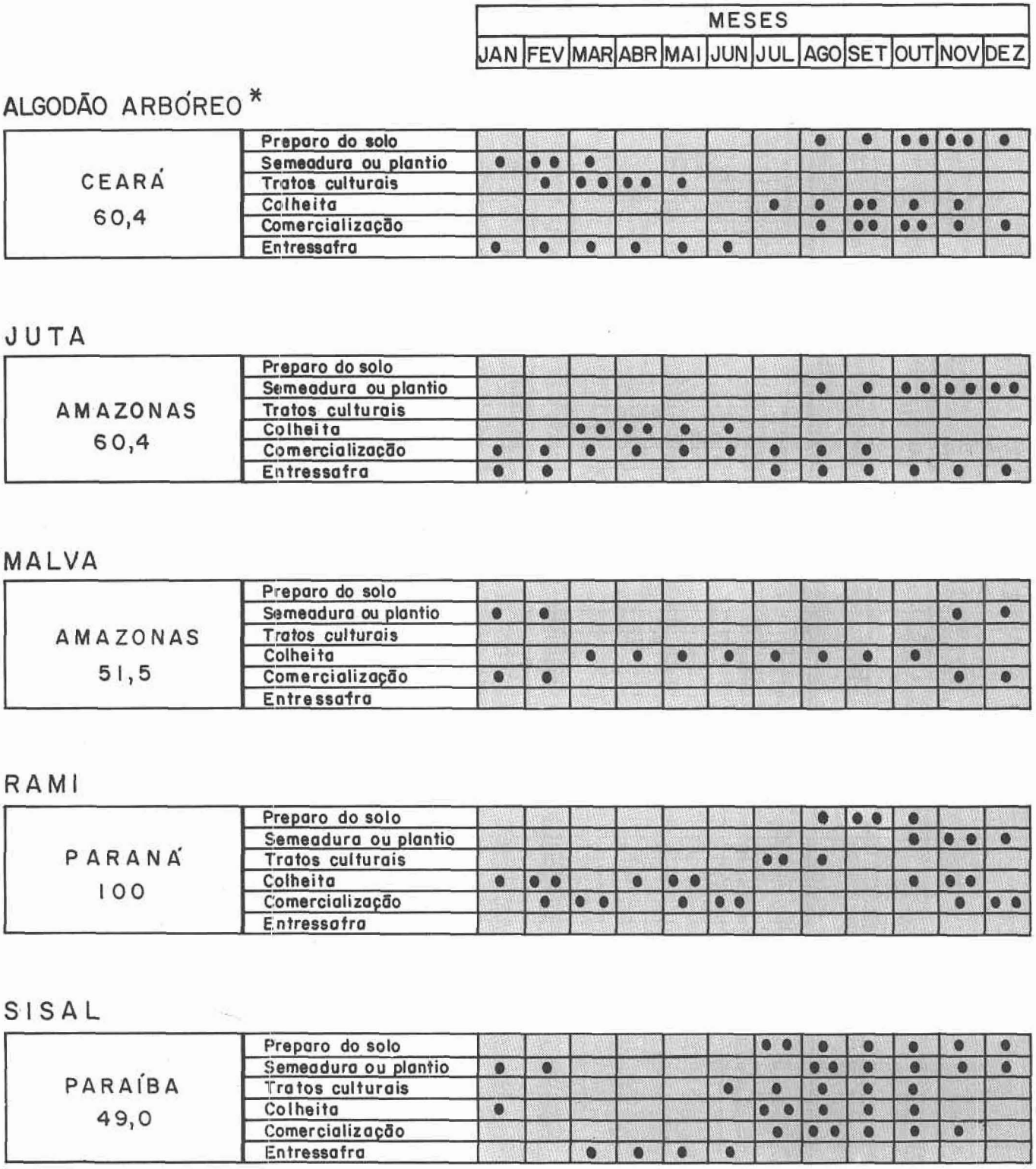
		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PARANÁ 47,06%	Preparo do Solo		•	••	••	•							
	Semeadura ou Plantio			•	••	•	•	•					
	Tratos Culturais				•	••	••	••	•	•			
	Colheita								•	••	••	•	
	Comercialização								•	••	••	•	
	Entressafra	•											•

* O principal estado produtor é o Paraná.

OBS: O duplo sinal (••) corresponde à epoca em que a atividade se desenvolve mais intensamente.

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas – FGV

FIBRAS
PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E SUA PARTICIPAÇÃO NA SAFRA DE 1982/83

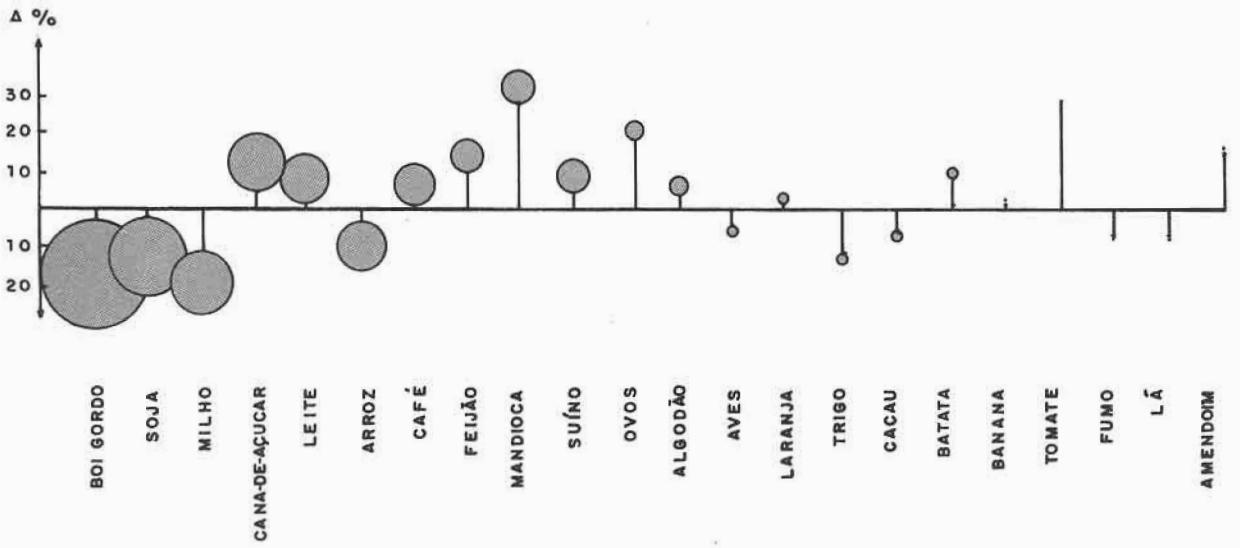


* O calendário do algodão herbáceo foi publicado no número de março de 1984

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas — FGV

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS

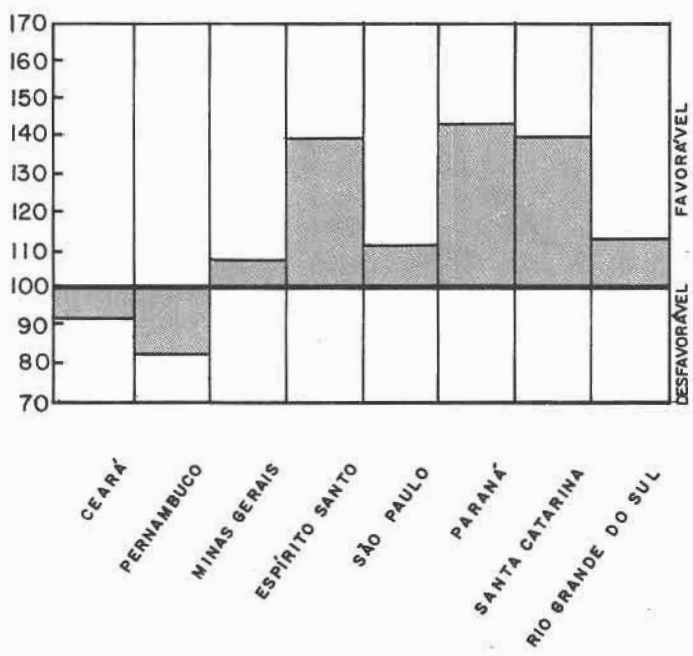
MAR 84
FEV 84
IGP = 10,0 %



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, relativa a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS / ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS) 1966 = 100
MARÇO 1984



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de abril).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de abril*
3 — Preço médio na última quinzena de abril*
4 — Preço médio na última semana de abril*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	6,72	6,18	6,00	5,96	6,18		6,70		7,12	7,38			8,07		8,59			Elevadas vendas de açúcar, motivadas pela alta do dólar. Estimativas da safra 1984/85 mantêm previsão de estoques excessivos.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	64,87	80,44	80,31	81,53	80,44		80,28			77,32		75,31			76,36			Problemas climáticos nos EUA poderão reduzir a safra. Perspectiva de estoques internacionais reduzidos em 1984/85.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.763,45	2.472,50	2.520,80	2.579,60	2.472,50		2.494,80		2.486,70			2.430,75			2.419,05			Possível influência da reunião preparatória do novo acordo. Expectativa quanto ao desempenho do temporão baiano.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	123,42	150,90	151,88	151,58	150,90		145,25		142,05			138,74			136,32			Apesar do excesso de oferta, não é ainda grande a pressão sobre as cotações, devido a problemas de qualidade nas produções brasileira e africana. O início da nova safra no Brasil deve contribuir para normalizar o mercado.

NOTA — "spot" de cacau e café suspensos

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	Tendência	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	321,72	353,96	350,47	345,45	353,96		351,85		322,44			301,99			310,42			USDA divulgou estimativa dos estoques em 1º/4 4,3% superiores ao que se supunha.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	638,11	787,40	782,20	785,65	787,40		798,53	790,51	754,95		723,37		734,98		747,18			Os preços do óleo têm produzido um forte efeito altista sobre as cotações do grão.
SOJA FARELO US$/tonelada	187,19	195,34	190,69	189,15	195,34		200,80	202,08	200,24	194,95		196,88	198,11		201,88			Fraca demanda vem mantendo os preços relativamente baixos apesar do reduzido estoque total de soja.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	370,90	366,50	362,99	357,25	366,50		350,72		351,43			365,08			373,73			O USDA prevê um crescimento dos estoques globais no final do ano-safra para 21,2% do consumo contra 20,6%, há um ano atrás.

NOTA — "spot" de cacau e café suspensos

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de abril).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de abril *
3 — Preço médio na última quinzena de abril *
4 — Preço médio na última semana de abril *
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	25.210	35.905	34.530	33.660		Notícias de que a importação estaria prestes a ser efetivada, ainda que em pequena quantidade. Escassez de crédito para **EGF's** estaria forçando as cooperativas a liberarem seus estoques.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	28.242	25.237	26.700	28.100		É possível que a decisão das indústrias gaúchas de corrigirem mensalmente o preço acordado com os produtores, para vendas fora do estado, pressione as cotações.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	96.549	106.713	101.800	97.800		Apesar da pequena demanda, os leilões, do **IBC** estimularam as vendas do produto de melhor qualidade.
BOI GORDO Cr$/arroba	22.597	22.555	23.500	25.000		Pressão de compra das indústrias exportadoras. Retenção de pecuaristas na expectativa de alta.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	43.136	54.132	55.000	55.000		A entrada da safra da seca principalmente de Minas e Goiás deverá conter a elevação dos preços por algum tempo.
FRANGO Vivo Cr$/kg	219	721	711	694		Influência da recuperação dos preços do boi gordo.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	7.073	9.382	9.400	9.400		Mercado na expectativa da quantificação das perdas no Rio Grande do Sul.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	15.281	20.321	20.390	20.740		Elevação das cotações do mercado externo produz efeito positivo no mercado doméstico.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo: Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

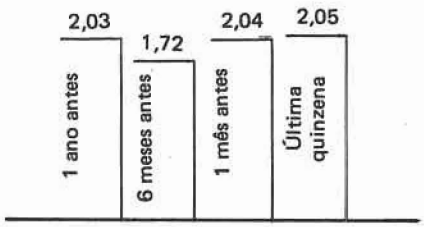
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

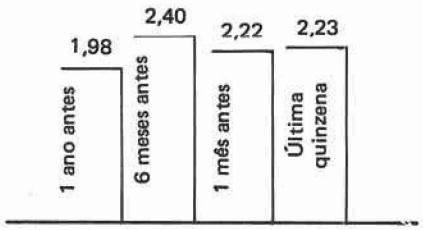
O mercado da soja há seis meses apresentava cotações elevadas, superando US¢ 840/**bushel**. Na última quinzena do mês de abril, a cotação média na Bolsa de Chicago foi de US¢ 782,20. O algodão, no mesmo período, passou de US¢ 72,33/**libra-peso**, para US¢ 80,31, sem dúvida influenciado pela redução de 35% na safra dos **EUA** e pela estimativa de um consumo recorde, no corrente ano.

Algodão/Soja



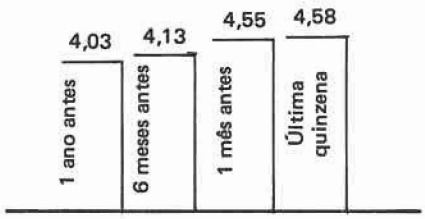
A pressão das compras asiáticas de óleo de soja tem movimentado o mercado internacional do produto em grão, num processo que deverá prolongar-se mais algum tempo. Isto permitiu um ligeiro aumento na relação, que vem caindo desde há seis meses, quando o milho era cotado a US¢ 350,24/**bushel** (na última quinzena, sua média foi de US¢ 350,47/**bu**) e a soja a USc 840,51/**bu**.

Soja/Milho



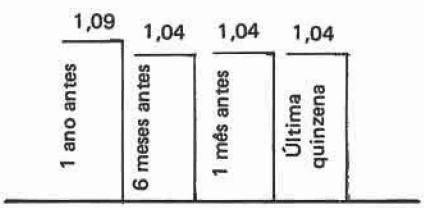
A perspectiva de exportações norte-americanas de milho ligeiramente superiores às do ano passado, com uma oferta interna menor, não foi suficiente para alterar a relação em proveito do cereal. O algodão, embora deva ter uma produção semelhante à do ano passado, deverá ter um consumo mundial cerca de 2,5% maior.

Algodão/Milho



Inalterado

Trigo/Milho



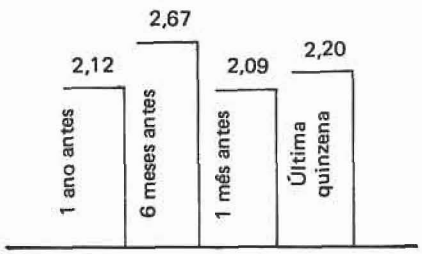
FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Divide-se o quociente do preço relativo frango vivo/ração para ave de corte pelo fator de conversão alimentar (1,5) de modo a obter-se um resultado de mais fácil compreensão.

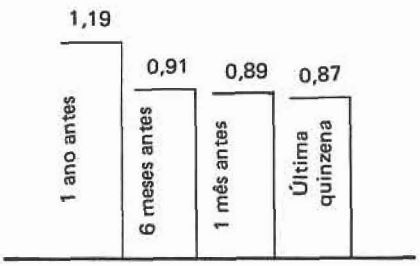
Os atuais problemas enfrentados pelos pecuaristas acarretaram retenção dos animais terminados, basicamente determinada pela difícil reposição dos rebanhos, em razão da valorização do bezerro e do boi magro. Isto fez com que as cotações do boi gordo superassem amplamente as do frango, na última quinzena.

Boi Gordo/Frango Vivo



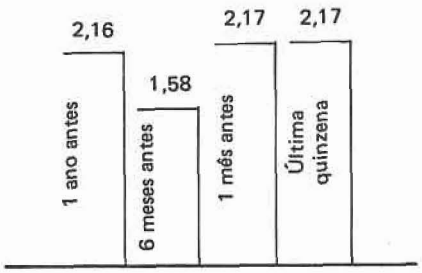
O preço da ração tem estado praticamente estável há algum tempo, enquanto a retração na demanda pelo frango, motivada pela perda do poder de compra da população, vem afetando sobremaneira o preço da ave, que recuou 1,4% na média da quinzena, em relação à média de um mês antes.

Frango Vivo/Ração Ave Corte



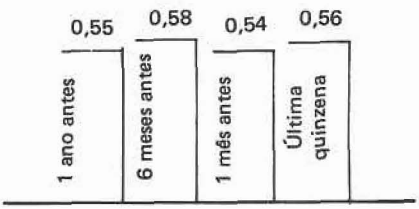
Os problemas na comercialização das safras de milho e de soja (ver comentários de ambos) embora de origens diferentes, fizeram com que não se alterasse a relação na última quinzena de abril.

Soja/Milho



A primeira safra do ano, em que há grande quantidade de feijão preto, foi comercializada a preços elevados, sendo que os maiores incrementos nos preços foram os dos feijões de cores, influenciados pela violenta quebra de Irecê. Atualmente, vem ingressando no mercado a safra da seca, trazendo grande oferta dos feijões de cores, o que deprime suas cotações.

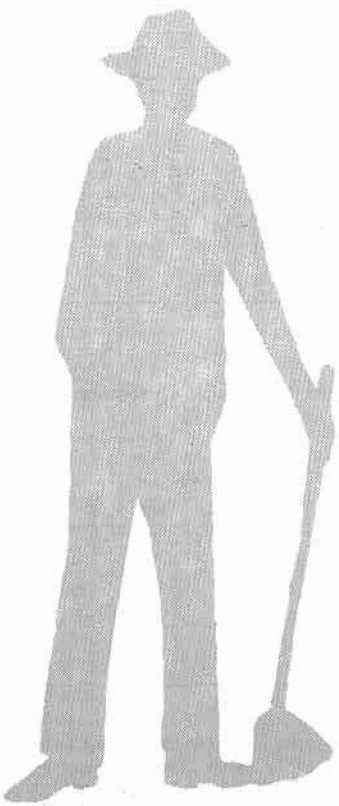
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado, ao nível do Brasil como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 10 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1984, SEGUNDO LEVANTAMENTO EM MARÇO[1]

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi		30.002	(3)	554.183
Algodão		3.242.262		1.776.056
Algodão arbóreo		1.692.064		266.159
Algodão herbáceo		1.550.198		1.509.897
Alho	(2)	3.370		14.754
Amendoim		150.049		241.384
Amendoim (1ª safra)		107.253		184.599
Amendoim (2ª safra)		42.796		56.785
Arroz		5.403.498		9.006.838
Aveia		–		–
Banana		337.970	(4)	429.206
Batata-inglesa		149.789		1.731.248
Batata-inglesa (1ª safra)		101.996		1.221.867
Batata-inglesa (2ª safra)		47.793		509.381
Cacau		–		–
Café		2.233.576		3.089.731
Cana-de-açúcar		3.840.768		246.471.821
Cebola		67.214		664.122
Centeio		–		–
Cevada		–		–
Coco-da-baía		172.376	(3)	513.817
Feijão		4.773.295		2.456.022
Feijão (1ª safra)		2.703.904		1.339.856
Feijão (2ª safra)		2.049.391		1.116.166
Fumo		279.024		408.318
Guaraná	(2)	70		16
Juta		23.170		24.255
Laranja		623.701	(3)	60.076.311
Malva		56.110		57.111
Mamona		376.601		231.816
Mandioca		1.825.008		20.807.698
Milho		11.896.651		21.198.997
Pimenta-do-reino	(2)	1.987		2.174
Rami		4.300		8.815
Sisal		323.729		208.053
Soja		9.438.319		16.118.441
Sorgo granífero		146.364		285.335
Tomate		44.648		1.529.577
Trigo	(2)	138.417		176.847
Uva		55.983		602.212

FONTE – IBGE

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Informações referentes a estados responsáveis, em conjunto, por menos de 30% da produção do país. 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.